



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 029 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democrata	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democrata** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 029

27ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 10

Designação 11

Requerimentos 11

Projetos de Resolução 14

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 19

Grande Expediente:

Sra. Márcia Lopes 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 25

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 30

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão / Votação:

Redação Final 33

2ª Discussão 34

1ª Discussão 34

Requerimentos 37

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 39

Dep. Valdir Rossoni 40

Encerramento da Sessão 41

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 42

Publicações Administrativas 53

Errata 53

DIÁRIO Nº 029

27ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE ABRIL DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Douglas Fabrício e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Cleiton Kielse, Elio Rusch e Luiz Eduardo Cheida (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 014/07

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmos. Srs. Deputados.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2008, que estima as receitas de recolhimento centralizado e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, no valor aproximado de R\$ 17.795.526.500,00 (dezessete bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos reais).

O anteprojeto de lei compõe-se de 11 capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício de 2008;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - os ajustamentos do plano plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

As prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2008 serão estabelecidas no projeto de lei orçamentária anual de acordo com as linhas de ação estabelecidas para o plano plurianual - 2008 a 2011, a ser encaminhado para a apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2007, conforme legislação em vigor.

O anteprojeto da LDO apresenta o anexo de metas fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominais e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2008, 2009 e 2010. O anexo de metas fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2006 e o demonstrativo das metas anuais de 2007.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA:

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2008.

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

- IX - disposições transitórias;
X - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da administração pública estadual, para o exercício de 2008 serão estabelecidas no projeto de lei do plano plurianual relativo ao período de 2008 a 2011, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2007.

§ 1º O projeto de lei orçamentária anual será elaborado com consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º No projeto de lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no plano plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º A receita de recolhimento centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa receita total líquida do estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta do exercício de 2008, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.795.526.500,00 (dezessete bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos reais).

Art. 5º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2007, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 6º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da união e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo até.....5,0%

Poder Judiciário até.....8,5%

Ministério Público até.....3,7%

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do percentual de 5% destinado ao poder, o percentual destinado à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento de ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferência de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/00, correspondendo para 2008 a 12% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do estado ao sistema de segurança funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médico-hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 34 desta lei;

XIII - ao Fundo Estadual de Cultura, de acordo com legislação em vigor.

Art. 8º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/2008 à Assembleia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º Para efeito da lei orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público (nível nacional da funcional programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público (nível nacional da funcional programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do governo é estruturada em programas definidos no plano plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais (nível estadual da funcional programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (nível estadual da funcional programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, e concorrem para a manutenção da ação governamental.

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função encargos especiais (nível estadual da funcional programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por grupo de natureza de despesa, grupo de fonte e modalidade de aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

Despesas Correntes

Pessoal e encargos sociais

Juros e encargos da dívida

Outras despesas correntes

Despesas de Capital

Investimentos

Inversões financeiras

Amortização da dívida

§ 2º A modalidade de aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à união;

II - 30 - Transferências à estados e ao distrito federal;

III - 40 - Transferências à municípios;

IV - 50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências à instituições privadas com fins lucrativos;

VI - 70 - Transferências à instituições multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao exterior;

VIII - 90 - Aplicações diretas;

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta (*);

X - 99 - A ser definida.

(*) Modalidade da aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do órgão central de orçamento.

§ 3º Os grupos de fontes de recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

Fonte 102 - Receita condicionada da contribuição do servidor público;

Fonte 103 - Receita condicionada da LC nº 87/96;

Fonte 104 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da exploração de recursos hídricos petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108- Receita de alienação de outros bens móveis;

Fonte 109 - Recursos provenientes de percentual sobre a venda de bilhetes de passagens intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 - Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis e encampação de rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;

Fonte 117 - Transferência da união - SUS;

Fonte 123 - Renda do fundo penitenciário;

Fonte 124 - Multas e taxas de Saúde Pública - FUNSAÚDE;

Fonte 125 - Venda de ações e/ou devolução de créditos ou de capital subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 - Taxas de polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 - Programa de assistência ao menor e de natureza social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 - Pesquisa científica e tecnológica;

Fonte 138 - Taxa ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de programas especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de outras fontes recolhidas ao Tesouro Geral do estado por determinação legal.

Grupo 09 - Convênio do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com órgãos federais;

Fonte 133 - Transferência e convênios com o exterior;

Fonte 148 - Outros convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de crédito internas;

Fonte 130 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de crédito externa, PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de crédito externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de crédito externa - Saneamento ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras operações de crédito externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte;

Fonte 116 - Transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente arrecadados;

Fonte 251 - Operação de crédito interna;

Fonte 252 - Operação de crédito externa;

Fonte 253 - Corta-parte das rendas das loterias estaduais;

Fonte 254 - Multa por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 256 - Reposição florestal - SERFLOR;

Fonte 270 - Aumento de capital social;

Fonte 281 - Transferência e convênios com órgãos federais;

Fonte 283 - Transferência e convênios com o exterior;

Fonte 284 - Outros convênios/Outras transferências.

Art. 11. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos

demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorrida após o encaminhamento da LDO/2008 à Assembleia Legislativa.

Art. 13. O Poder Executivo poderá, mediante decreto do Governador, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2008, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, sem que sejam alterados os valores das programações aprovadas na lei orçamentária, podendo entretanto haver ajustes na classificação funcional programática.

Art. 14. O programa de obras será apresentado, no anexo V do projeto de lei orçamentária anual, por unidade orçamentária, por projeto ou atividade de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no anexo V, pelo indicativo (A) em andamento.

Art. 15. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar a Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

V - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista

dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o programa de obras das unidades orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das vinculações constitucionais e legais.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indispensável, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setem-

bro de 2007, para a consolidação do orçamento geral do estado.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do estado.

Art. 20. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2007.

Art. 21. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da administração geral do estado, recursos sob supervisão da SEFA.

Art. 22. na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 23. As receitas dos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas na *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e

empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Art. 24. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, órgãos de regime especial, fundos e das empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes não comporão o demonstrativo de receitas próprias destas entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento a apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 25. O orçamento fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, que receberão recursos do estado e apresentarão apenas o seu orçamento de investimento.

Art. 26. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 27. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no plano plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 28. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais específicas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos e na administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2007, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2007, a serem incluídos no orçamento de 2008, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2007, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);

VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 29. Os recursos proveniente de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A lei orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de movimentação de crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 30. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 31. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às receitas tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32. O saldo financeiro verificado em 31 de dezembro de 2007, proveniente da diferença, entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31 de janeiro de 2008.

Art. 33. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de superávit financeiro apurados nos balanços das unidades da administração indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de governo.

Art. 34. A lei orçamentária anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 35. A lei orçamentária anual conterà autorizações para abertura de créditos adicionais com limites per-

centuais fixados sobre o valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Capítulo VI

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 36. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2007, em especial;

I - as modificações na legislação tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da receita corrente líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com base na Receita Corrente Líquida

Art. 37. No exercício financeiro de 2008 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabeleci-

dos na lei de responsabilidade fiscal e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

Art. 38. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do estado.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 39. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas da capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 40. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2008, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o estado pode oferecer.

Art. 41. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo IX

Disposições Transitórias

Art. 42. O projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2008, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo X

Demais Disposições

Art. 43. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 44. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 45. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Art. 46. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 47. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do estado.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

Sob o nº PRPREV/PRES - 035/07-LMR do Sr. José Maria de Paula Correia, Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Antonio Belinati, que pede esclarecimentos sobre quais são os servidores ativos e inativos do estado do Paraná, que percebem salários e vantagens, somados, superiores a remuneração recebida

pelo Governador do estado R\$ 24.000,00 mensais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Stephanes Júnior, para representar esta Casa de Leis na 47ª Exposição Agropecuária de Londrina, nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2007, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 242/07, que autoriza o Poder Executivo a conceder redução no pagamento de tarifas, nas praças de pedágio, nas rodovias do estado do Paraná, para veículo que transporta estudante com destino a instituição escolar.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 184/07, que cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela internet.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para o requerimento de minha autoria que objetiva enviar expediente ao Presidente da República sobre reajuste do salário-mínimo dos aposentados.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de

Lei nºs 015/07, 153/07, 169/07 e 206/07, que dispõem sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 062/03, 067/03, 068/03, 332/04, 787/05, 580/06, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

Através do presente, os Deputados em epígrafe, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Comissão Executiva, a constituição da Bancada Especial dos Deputados Torcedores do Coritiba Foot Ball Club - Bancada Coxa-Branca composta por tantos quantos forem os membros subscritos, visando auxiliar o desenvolvimento de todas as modalidades esportivas no estado do Paraná e, por conseguinte os assuntos relacionados ao futebol paranaense.

Visam também, os nobres Deputados constituintes desta bancada especial, desenvolver estudos e projetos para conseguinte viabilização da inclusão do estado do Paraná como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014, onde o Brasil é um dos postulantes a cumprir os encargos impostos pela FIFA para sediá-la.

Para tanto, busco o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para que juntos possamos, com maior força e empenho, formar esta bancada em prol do futebol paranaense.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Homero Girelli, bem como seja remetida mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Registramos neste ato, com pesar, o falecimento do Sr. Homero Girelli, pessoa muito querida da sociedade iguaçuense, que em muito contribuiu para o desenvolvimento da região do extremo oeste do Paraná.

De família italiana, Homero Girelli chegou em Foz do Iguaçu em 1975 para trabalhar no Hotel Belvedere.

Desde então, adotou a cidade como sua e firmou raízes, casou e teve filhos. Sempre no ramo hoteleiro e turístico, foi dono de hotel, Secretário de Turismo do município e Presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares, Hotéis e similares.

Juntamente com outros empresários de Foz do Iguaçu lutou pela edificação da Ponte da Fraternidade, que liga o Brasil e a Argentina e integrou a comissão oficial da construção. A comissão era formada por brasileiros e argentinos que queriam uma solução mais segura para a substituição das balsas que faziam a travessia de turistas no rio Paraná.

REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento de Raquel Cristina Canovas, ocorrido em 08 de abril, em Loanda, Paraná. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Tuma, membro por mais de 30 anos da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, ocorrido no último dia 13, deixando viúva a Sra. Laís Margarete, com 3 filhos: Rubens, Solange e Ricardo.

Requer ainda, o envio de correspondência a família enlutada, à Rua Ester Kemmelmeier, 270 - Jardim América - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Perriy Neto, ocorrido no dia 12 de abril de 2007, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade, faleceu no último dia 12 de abril de 2007, nesta capital o Sr. João Perriy Neto, funcionário público aposentado do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Deixou viúva a Sra. Luzia Braza Perriy, 3 filhos e 3 netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares de Perriy encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Perriy, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento de Rubens Tuma, ocorrido no último dia 13.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba pela passagem, no próximo dia 29 de abril/2007, de seus 236 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Jamur, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Sr. Everson Ambrósio Kravetz, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população de Guaratuba, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade, que jubilosamente comemora o 236º aniversário de sua emancipação política.

Transmitindo ao laborioso povo guaratubano as melhores felicitações pela grata efeméride, rendemos a

nossa gratidão a todos aqueles que deram sua parcela de colaboração para o engrandecimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em associar-se às justas homenagens de júbilo do povo de Guaratuba nesta data em que o município comemora o seu 236º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Capitão Leônidas Marques, pela comemoração, no próximo dia 28 de abril/07, de seus 43 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. José Odair Campigotto, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 28 de abril de 1964, começava uma história de lutas e somas de esforços de uma sociedade em busca de um sonho: ser feliz em comunidade.

Mas não é prudente continuarmos esse raciocínio sem voltarmos um pouco atrás, para lembrarmos que, em 1958, alguns desbravadores liderados pela família de Ruth Schmidt, com a mesma perspectiva e objetivo, atravessaram o Rio Iguaçu com botes, puxando seus cavalos cargueiros pela água e se instalaram nas barrancas, a mais ou menos 8 quilômetros do que seria, mais tarde, a sede do município. O pioneirismo somado à necessidade de buscar sustento e futuro para si e para seus filhos fez com que aos poucos centenas de famílias, vindas de todas as regiões do sul do país, encontrassem ali o seu lugar ao sol. O nome: Capitão Leônidas Marques, é uma homenagem a Leônidas Marques dos Santos, militar morto em combate em Catanduvas, onde aconteceram os últimos confrontos da Revolução de 24. Leônidas, pai do ex-Deputado Estadual, Basílio Marques, que ao lado de lideranças como Arnaldo Busatto, contribuiu com o processo de criação do município. O primeiro Prefeito de Capitão Leônidas Marques foi Otto Francisco dos Passos, responsável pela gestão da cidade no período de 1964 a 1968. Ele e o Vice-Prefeito João Ruth Schmidt.

O crescimento de Capitão Leônidas Marques é resultado da junção do trabalho de várias gestões administrativas, da determinação e do empreendedorismo do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em

transmitir a toda a população de Capitão Leônidas Marques, efusivos cumprimentos na significativa data da comemoração dos 43 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à nova Diretoria do Sistema OCEPAR para a gestão 2007/2011.

Conforme Circular nº 047/07 do Presidente, Sr. João Paulo Koslovski, a nova diretoria, eleita em assembléia geral ordinária realizada no dia 02 de abril de 2007, ficou assim constituída:

Presidente Executivo - João Paulo Koslovski.

Diretores: Aureo Zamprônio, Frans Borg, Valter Pitol, José Otaviano de O. Ribeiro, Paulino Capelin Fachin, Orestes M. Barrozo Pullin, Manfred A. Dasenbrock, Edvino Schadeck, Dilvo Grolli, Valter Vanzella, Renato José Beleze, Luiz Lourenço, José Aroldo Gallasini e Jorge Karl.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o respeitável Plenário, seja consignado na ata da Sessão votos de louvor e congratulações à diretoria, à comissão técnica e aos jogadores do Atlético Clube de Paranaíba-ACP, o qual no dia 14 de abril de 2007 recebeu das mãos do diretor do departamento profissional de futebol da Federação Paranaense de Futebol-FPF, Almir Zanchi, o troféu de campeão do interior. O “Vermelhinho”, como é carinhosamente conhecido por seus torcedores, além de ser a única equipe do interior a se classificar à semifinal do Paranaense 2007, também será um dos representantes do estado na série C do campeonato brasileiro.

REQUER à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Atlético Clube de Paranaíba, representado pelo seu Presidente, Sr. Nivlado Mazzin, na Avenida Tancredo Neves, s/n, Estádio Municipal Valdemiro Wagner, CEP 87702-180, em Paranaíba.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e ao Magnífico Reitor da UNIBRASIL, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em apoio a UNIBRASIL em sua reivindicação junto ao Ministério da Educa-

ção, de que seja autorizada a implantação de curso de medicina.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A UNIBRASIL é um dos estabelecimentos de ensino superior de maior credibilidade no estado do Paraná.

A Escola de Saúde desta conceituada instituição já conta com cursos de enfermagem, nutrição, ciências biológicas e farmácia; todos já em seu 3º período. Também já iniciaram os cursos de biomedicina, fisioterapia e psicologia, proporcionando ensino de qualidade a mais de 550 alunos.

As instalações da UNIBRASIL, a modernidade de seus laboratórios, o alto nível de seus professores e a competência de seus dirigentes são apenas alguns dos argumentos que justificam à Escola de Saúde, também a inclusão de um curso de medicina.

Solicitamos especial atenção do Ministério da Educação a este pleito e a visita, o mais breve possível, de seus técnicos nas dependências da UNIBRASIL.

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, encaminhando requerimento aprovado na Câmara Municipal de Pinhais, que solicita que seja realizada a duplicação da Avenida Jacob Macanhã, no referido município.

Tal pedido justifica-se devido ao grande fluxo de veículos e os constantes acidentes, atropelamentos e mortes na referida avenida, colocando em risco a vida de inúmeros pedestres diariamente.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Institui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Prêmio Maria da Penha, que será entregue para personalidades, entidades sociais e instituições que atuam em defesa dos direitos da mulher.

Art. 2º O Prêmio será entregue no dia 08 (oito) de março, em Sessão Solene da Assembléia Legislativa, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal n° 11340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é marco legal relevante na luta das mulheres em busca de igualdade social, pois cria mecanismos que visam coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Justifica-se a denominação em razão da importância da conquista, na certeza que esta Assembléia Legislativa ofertará esse prêmio a grandes personalidades, bem como a entidades com nobre trabalho.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 254/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Mário Fontana, o viaduto das rodovias PR-585 com a BR-467, rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Mário Fontana, uma pessoa notável de muita importância, reconhecida e enaltecida pela comunidade de Toledo.

A aquisição de conhecimentos, coisas novas e o conceito de crescimento sempre foram bem vindas para Mário Fontana e se sintonizava muito bem com a atitude positiva com relação às inovações que a Sadia sempre postulou.

Assim, quando em 1977 passou para a Superintendência da FRIGOBRAS, montou uma nova estrutura para desenvolver a empresa e sua rentabilidade. O abatedouro de Toledo, adquirido em 1964, de pequeno porte no início, foi sendo ampliado gradativamente até chegar às dimensões atuais, com avicultura avançada, abate de aves, suínos, bovinos, processamento de soja e ração, fabricação de embutidos e empanados, gerando milhares de empregos diretos e mais milhares de indiretos, produzindo riquezas e gerando renda e impostos, que há muito tempo vem contribuindo para o desenvolvimento e engrandecimento de Toledo, região oeste e todo o estado do Paraná.

Uma pequena homenagem que a Assembléia Legislativa e o governo do Paraná prestarão ao grande empresário e empreendedor que foi em vida, Mário Fon-

tana, cujo trevo liga diretamente à Avenida Egídio Munaretto, (ex-Diretor da Sadia/Toledo), que interliga o complexo industrial da Sadia à rodovia BR-467.

PROJETO DE LEI N° 255/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica isentado da cobrança das tarifas nas rodovias pedagiadas administradas pelo governo do estado do Paraná, toda e qualquer motocicleta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se tendo em vista que atualmente, vários estados do Brasil não vêm realizando a cobrança de tarifas nas rodovias pedagiadas das motocicletas de qualquer cilindrada, por exemplo os estados de São Paulo (96 pedágios, rodovias do estado), Rio de Janeiro (em rodovias do estado), Rio Grande do Sul (em rodovias do estado).

A Associação dos Motoqueiros do Paraná tem hoje milhares de filiados que trafegam diariamente em nossas rodovias pedagiadas.

Atualmente micros e pequenos produtores buscam no veículo automotor, motocicleta, economicidade para suas funções de trabalho, para que consigam reduzir custos e manter seu quadro de funcionários o maior tempo empregados. Mas, infelizmente a cobrança destas tarifas vem causando prejuízos aos seus pequenos negócios, e com isso, o primeiro procedimento de uma empresa, seja qual for o tamanho desta, para mantê-la sanável, infelizmente, repito, é a demissão.

Os veículos automotores, motocicletas, não criam desgastes às rodovias, tendo em vista o seu peso, e não se justifica ser alvo de cálculos em planilhas de acréscimo de custos destas empresas de pedágio.

O presente projeto de lei visa o benefício aos cidadãos no estado do Paraná, buscando condições seguras e saudáveis no ambiente de trabalho, significando proteger e preservar o cidadão paranaense, tanto empregadores como empregados, dos altos custos para sua sobrevivência.

É mais uma forma de construir qualidade de vida em nosso estado.

PROJETO DE LEI N° 256/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os prestadores de serviços continuados ficam obrigados a assegurar aos consumidores a facul-

dade de solicitar o cancelamento do serviço pelos mesmos meios com os quais foi solicitada a aquisição.

Art. 2º Obrigam-se, ainda, a facilitar o cancelamento do serviço por meio do telefone, da rede mundial de computadores - internet ou do correio.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta lei, como prestação de serviços continuados, sem prejuízos de outros similares:

I - assinaturas de jornais, revistas e outros periódicos;

II - televisão por assinatura, provedores de internet, linhas telefônicas fixa ou móvel, transmissão de dados e serviços acrescidos;

III - academias de ginástica e cursos livres;

IV - títulos de capitalização e seguros;

V - cartões de crédito e cartões de desconto.

Art. 4º Os infratores ficam sujeitos às penalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal n° 8078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

É dever do estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população.

Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal.

A defesa dos direitos dos cidadãos do estado. É justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar ao consumidor as mesmas facilidades encontradas quando da aquisição/contratação de serviços de natureza continuada, quando de sua desistência.

Temos observado as grandes dificuldades enfrentadas pelas pessoas em solicitarem o cancelamento ou a cessação de serviços contratados. As facilidades da aquisição costumam ser inversamente proporcionais quando da finalização dos serviços.

Quando os serviços forem contratados por telefone, internet ou correio, deverão permitir que o cancelamento se dê da mesma maneira.

Compete a nós, Deputados, a função de fazer com que os direitos de melhor qualidade no atendimento à população sejam respeitados.

Portanto, vale dizer que uma lei estadual no sentido do presente projeto visa oferecer uma maior segurança aos cidadãos paranaenses, bem como que os mesmos tenham seus interesses, como coletividade, aten-

dados e, dando assim, legitimidade de atuação ao Poder Executivo, fiscalizado por esta Casa de Leis.

Com vista ao exposto, vimos solicitar aos nobres colegas, o devido apoio e aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 257/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial do estado do Paraná a Semana da Saúde da Mulher, na semana do mês de maio que compreenda o dia 28 (vinte e oito), quando se comemora o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Morte Materna.

Parágrafo Único. As comemorações de que trata esta lei compreenderão atividades de informação, orientação e disponibilização de recursos materiais e humanos para a realização de exames de pouca complexidade e baixo custo, e acontecerão em todos os órgãos da administração pública estadual, em local acessível aos funcionários e à população.

Art. 2º Serão realizadas na Semana da Saúde da Mulher as seguintes atividades, sem prejuízo de outras:

I - debates com profissionais de saúde, tendo como tema a saúde da mulher nas diversas fases de sua vida: pré-adolescência, adolescência, gestação, parto, menopausa e pós-menopausa;

II - distribuição de material informativo sobre a questão da saúde da mulher, formas de prevenção de doenças e a necessidade de realização de exames periódicos;

III - realização de exames clínicos de resultado imediato como pressão arterial, glicemia, colesterol, entre outros;

IV - mostra de vídeos e documentários que tenham o tema central da saúde da mulher.

Art. 3º O governo do estado divulgará as atividades desenvolvidas na Semana da Saúde da Mulher e efetuará a distribuição de material gráfico contendo informações sobre dados estatísticos de incidência de doenças na população feminina, causas, métodos de prevenção e tratamento.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios destinados a firmar parcerias com associações e outras entidades para a realização da Semana da Saúde da Mulher.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Esta matéria pretende oferecer visibilidade às necessidades da saúde da mulher, abrangendo as principais fases da sua vida.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, as mulheres representam 50,77% da população do país. São aproximadamente 73 milhões de mulheres, das quais 58 milhões se encontram em idade reprodutiva.

De artigo da professora Maria José Martins Duarte Osis, do Centro de Pesquisa das Doenças Materno-Infantis de Campinas, no Caderno de saúde Pública, pág. 14, 1998, merece destaque:

Os movimentos intensificavam o questionamento acerca de qual tipo de atendimento à saúde as mulheres precisavam e queriam receber. As reivindicações eram feitas justamente a partir da queixa que, em geral, os médicos encaravam as mulheres, principalmente, quando não apenas, como úteros gravídicos.

Em termos de políticas públicas de atenção à saúde da mulher, o Brasil vem desenvolvendo, através do Sistema Único de Saúde - SUS, em conjunto com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, ações integradas de prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças, buscando promover uma melhoria na qualidade de vida das mulheres através da integral assistência à saúde.

Tais medidas não têm apresentado resultados satisfatórios porque a desinformação aliada ao deficitário sistema de atendimento à saúde, que não alcança a integralidade da população, faz com que o Brasil registre altos índices de mortalidade materna, com 75 mortes para cada 100 mil nascidos vivos, taxa elevada se comparada a países desenvolvidos onde esse índice oscila entre 6 e 20 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

Os dados estatísticos do país mostram como principais causas de morte materna, no período de gravidez até um ano após o parto, hipertensão, infecção e hemorragia. Na população feminina em geral as principais causas de mortalidade são câncer de colo de útero, AIDS, câncer de mama, hipertensão, osteoporose e diabetes. Grande parte das mortes na população feminina derivam de doenças que, se precocemente diagnosticadas, podem ser curadas ou controladas.

Diante desse quadro, imperiosos os esforços da administração pública para informar e orientar a população acerca das questões da saúde da mulher, divulgando os programas de assistência à saúde da mulher desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Ministério da Saúde através do SUS e do PAISM.

PROJETO DE LEI Nº 258/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia ficam obrigadas a manter um profissional fisioterapeuta, médico, técnico ou tecnólogo em estética, em suas

dependências, responsável pela realização de tais procedimentos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se nos casos de procedimentos que utilizam principalmente a eletroterapia e outros como sonodoterapia, termoterapia, fototerapia, vacuoterapia e pressoterapia.

Art. 2º Cabe ao profissional fisioterapeuta, médico, técnico ou tecnólogo em estética a execução dos procedimentos e toda a responsabilidade das ações dos tratamentos de eletrotermofototerapia executados.

Art. 3º Os aparelhos que emitem correntes elétricas (utilizadas em estética) devem obedecer a normas internacionais de segurança e qualidade.

Art. 4º O descumprimento da presente lei, após concessão de prazo para adequação, importará em cancelamento das autorizações para o funcionamento da clínica, consultório ou estabelecimento de estética.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O profissional técnico e tecnólogo em estética facial e corporal possui hoje curso superior e profissionalizante regulamentados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, através dos referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico e superior.

Os referidos dados foram reunidos em cartilha, no ano de 2000, pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. O quadro referencial do processo de produção estabelecido para a área de imagem pessoal compreende funções identificadas a partir da análise das competências requeridas para o exercício das atividades profissionais, demonstrando a seriedade com que o assunto é tratado.

No cenário do mercado de estética paranaense, estima-se estivessem atuando mais de 30 mil pessoas, no ano de 2002, que tiveram formação por meios informais, conforme informações da APECO - Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia do Estado do Paraná, hoje APE/PR - Associação dos Profissionais de Estética do Estado do Paraná. Esse fato é comum, haja vista que anteriormente não existiam cursos de formação acadêmica sistematizada e com embasamento anatomofisiológico voltados ao aprendizado desse segmento.

Em maio de 2002, através de iniciativa pioneira do Colégio Martinus, foi proposto o 1º Curso Técnico em Estética Facial e Corporal do Estado do Paraná, o qual foi

aprovado pelo Conselho Estadual em 16 de dezembro de 2002, sob Parecer nº 1155/02 e Resolução nº 325/03 de janeiro de 2003, conforme a LDB - Lei nº 9394/96 e Deliberação nº 02/00.

Hoje existem mais instituições credenciadas nos Núcleos Regionais de Ensino do Estado do Paraná promovendo essa capacitação.

Este projeto de lei assegura o direito de atuação ao profissional técnico e tecnólogo em estética que tem na sua formação as disciplinas preparatórias para segura e eficiente desempenho da profissão. Trata-se de providência necessária a aprovação desta matéria, tendo em vista que em alguns municípios do Paraná, mesmo dispondo de formação, os técnicos e tecnólogos não conseguem atuar.

PROJETO DE LEI Nº 259/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, Ação Social, com sede e foro no município de Campo do Tenente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense - Ação Social, é uma entidade de natureza civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Campo do Tenente, fundada em 21 de janeiro de 2005, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 07.295.191/0001-05.

O PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense - Ação Social, de Campo do Tenente é uma entidade que realiza trabalhos que contam com parcerias de várias outras instituições, além de ser conveniada à Prefeitura de Campo do Tenente.

Seu trabalho é direcionado à criança, famílias carentes, grupos da terceira idade e ainda, realiza diversos programas voltados à capacitação profissional como ferramenta de inserção de pessoas ao mercado de trabalho, na geração de emprego e renda.

O PROVOPAR - Ação Social de Campo do Tenente vem demonstrando desde sua fundação ser uma entidade responsável, organizada e muito atuante no aspecto sócio-educativo, em muito contribuindo com a comunidade de Campo do Tenente, em especial com as camadas mais carentes da população.

Sendo conhecedor do trabalho desenvolvido pela associação, solicito dos nobres Pares o apoio para que a mesma seja reconhecida de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 260/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cultural e Educacional Batista em Afonso Pena - ACEBAP, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Associação Cultural e Educacional Batista em Afonso Pena - ACEBAP, é uma entidade de natureza civil sem fins lucrativos, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, fundada em 30 de dezembro de 2002.

Tem por objetivos estimular a criação e o fortalecimento de projetos nas áreas educacional, cultural e social, sem fazer distinção de raça, cor, sexo, credo religioso ou político, nacionalidade ou profissão.

Entre as suas diversas atividades, aqui destacamos o projeto Gool, que atualmente atende mais de 400 meninos, oportunizando a esses, a profissionalização como atleta. A estes jovens, em sua grande maioria, em situação de risco, são ofertadas atividades esportivas monitoradas, levando-os a resgatar valores de cidadania e do convívio social, proporcionando o bem-estar de cada um e de suas famílias.

A referida associação vem demonstrando desde sua fundação ser uma entidade responsável, organizada e muito atuante no aspecto sócio-educativo, em muito contribuindo com a comunidade são-joseense, em especial com aquela mais carente.

Sendo conhecedor do trabalho desenvolvido pela associação, solicito dos nobres Pares o apoio para que a mesma seja reconhecida de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 261/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Movimento Arte pelo Ambiente, Sustentabilidade e Promoção Humana Curumim - MAPA Curumim, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Arte pelo Ambiente, Sustentabilidade e Promoção Humana Curumim - MAPA Curumim,

é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 10 de agosto de 1995.

A instituição, inicialmente denominada Associação Artística Coral Curumim, há mais de 10 anos oferece oportunidades de manifestação artística para crianças, favorecendo e incentivando o desenvolvimento das suas potencialidades musicais. A denominação MAPA Curumim, a partir de 16 de novembro de 2006 ocorreu em virtude da ampliação de suas atividades e novos objetivos educativos e sócio-culturais, voltados à preservação ambiental, sustentabilidade e promoção humana de adolescentes e crianças em comunidades carentes.

Tendo em vista o trabalho ininterrupto desenvolvido por esta entidade, observamos a relevância social e o reconhecimento da população da comunidade.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus a título de utilidade pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 262/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Filantrópica Comunitária - AFILAC, do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Filantrópica Comunitária do Campo Comprido, com sede e foro no município de Curitiba, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo maior promover o bem-estar de crianças, adolescentes, idosos e dependentes químicos, através de ações focadas na comunidade carente. A AFILAC vem, ao longo dos anos, desenvolvendo um trabalho sério e engajado junto às pessoas que necessitam de ajuda. Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com muita satisfação esta presidência registra o retorno do Deputado Luiz Accorsi, que depois de submetido a uma intervenção cirúrgica, volta a esta Casa completamente restabelecido. Seja bem-vindo, Deputado Accorsi.

Também quero registrar a presença do Secretário do Planejamento, Deputado Ênio Verri e o nosso Deputado Secretário do Trabalho, Nelson Garcia. o Secretário Ênio Verri, cumprindo disposição constitucional, junta-

mente com o Vice-Governador, entrega a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, à esta Presidência, lida em Plenário e encaminhada à Comissão de Orçamento. Ambos vieram assistir ao Grande Expediente, por proposição do Deputado Péricles de Mello e também Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, V. Exa. recebeu ofício da ParanaPrevidência relacionando quem ganha mais de R\$ 24 mil por mês, no Paraná.

Para não ficar um negócio secreto ou muito interno, naturalmente, é de curiosidade e creio até de interesse de quase todos os paranaenses, indagaria se V. Exa. não poderia determinar a leitura, Sr. Presidente, de quais são os figurões do Paraná que estão premiados com esses altíssimos salários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente, nós recebemos o ofício e vamos encaminhar a V. Exa. esse expediente. V. Exa. terá conhecimento, sim, dessa relação. O 1º Secretário deve assinar para dar encaminhamento a isso.

De imediato, consultamos o Deputado Péricles de Mello se quer fazer uso da palavra, caso contrário passamos a palavra a Sra. Márcia Lopes.

(Declina)

Grande Expediente:

Seja bem-vinda, Secretária! A senhora usará o Grande Expediente. Portanto, terá trinta minutos para fazer uso da palavra.

Sra. Márcia Lopes - Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome

A SRA. MÁRCIA LOPES

Obrigada, Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Nelson Justus; Exmo. Sr. Ênio Verri, Secretário de Estado do Planejamento; Exmo. Sr. Nelson Garcia, nosso Secretário de Estado de Emprego, Trabalho e Promoção Social; Deputado Douglas Fabrício, 1º Secretário desta Casa; Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária; demais Deputados e Deputadas; senhores convidados.

É uma grande honra poder estar, mais uma vez, nesta Casa, no Paraná, que é o meu estado. É uma grande honra poder estar compartilhando com os senhores e senhoras um pouco dessa experiência vivenciada no governo federal, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como Secretária Executiva, trabalhando com o

Ministro Patrus Ananias, integrando a equipe do Presidente Lula, juntamente com muitos outros companheiros, como o Ministro Paulo Bernardo, o Deputado Estadual Ênio Verri e outros paranaenses, como o Secretário Onaur Ruano, que é o Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estivemos vivendo, nesses anos, momentos muito importantes, momentos muito fortes, porque andamos pelo Brasil e estamos tendo a oportunidade de conhecer a realidade social deste país, que é tão grande, que é tão diverso, que é tão múltiplo, que é tão rico, que tem tanta potencialidade na sua organização, nas suas possibilidades de alcance daquilo que todos queremos, que é mais igualdade, mais desenvolvimento, mais garantia dos direitos fundamentais a todos os brasileiros e brasileiras.

Como londrinense, como assistente social, como Vereadora que fui em Londrina, como Secretária, como Conselheira Estadual, portanto também estive nesta Casa algumas vezes, debatendo a política de assistência social do nosso estado; debatendo o orçamento do estado para os 399 municípios do Paraná; fazendo a defesa junto com os senhores e as senhoras daquilo que entendemos ser possível alcançar neste estado, do ponto de vista do desenvolvimento social e econômico, com sustentabilidade para que toda a população do Paraná tenha dignidade, tenha acesso àquilo que são os direitos, os serviços essenciais.

Por isso, agradeço muito, Sr. Presidente, a possibilidade de estar aqui falando rapidamente de que estamos lá em conjunto com muitos profissionais, muitas pessoas com experiência de gestão no Ministério de Desenvolvimento Social que tem uma tarefa bastante árdua. Temos a responsabilidade de conhecer de perto a realidade brasileira.

Estive agora no município de Iranduba, município ribeirinho às margens do lado seguinte de Manaus. Um município muito pequeno, com uma estrutura muito pequena e com uma realidade muito específica. São populações ribeirinhas como temos também aqui no Paraná, comunidades indígenas, comunidades remanescentes dos quilombos, comunidades extremamente pobres, mas comunidades com absoluta disponibilidade de aprender, de construir, de criar e se desenvolver.

Por isso, pela orientação do Presidente Lula, estamos colocando em curso aquilo que está estabelecido na Constituição de 1988 em termos de modelo de política, de gestão, em relação à assistência social e em relação à segurança alimentar e nutricional. Temos a responsabilidade de coordenar estas duas grandes políticas no Brasil e de fazer valer o que está na Constituição Brasileira, no sentido de que cada estado das 26 unidades da federação e mais o distrito federal, com todos os 5564 municípios tenham a estrutura de gestão, de financiamento e de controle social destas políticas públicas. E na Constituição está dito que é preciso que tenhamos um sistema descentralizado e participativo, que respeitemos as realidades de cada unidade da federação e que respeitemos a realidade de cada município brasileiro.

Por isso, também junto com os governos estaduais, junto com as Assembléias Legislativas de cada estado, é de absoluta importância fazer um debate como esse, fazer um entrosamento e uma integração dos nossos interesses e das nossas iniciativas. De forma plural, responsável, conjunta, para que em cada região do estado, do Brasil, tenhamos a concretização daquilo que defendemos, que aprovamos no orçamento da união para cada município brasileiro.

Tive a oportunidade de participar da marcha dos Prefeitos, com todos os Ministros e o Presidente Lula, da sua disposição de receber os Prefeitos do Brasil, de acatar as reivindicações porque nós que trabalhamos nos municípios, sabemos exatamente a dificuldade, a complexidade e o significado de uma administração local. E do quanto precisamos estar em consonância àquilo que as Assembléias Legislativas, àquilo que o Congresso Nacional trata, bem como os governos estaduais e o governo federal.

Por isso, desde que assumimos o ministério, que tem pouco mais de três anos, temos a responsabilidade de implantar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se tornou uma lei. A Lei nº 11346 que os senhores todos terão a oportunidade de conhecer, implantando um sistema nacional que pense a produção, o abastecimento, o acesso ao consumo dos alimentos.

Temos a responsabilidade de implementar aquilo que está na lei orgânica de assistência social, uma lei que foi aprovada em 1993 e que faz da assistência social uma política pública, de estado, onde os programas, os projetos e os benefícios sejam de fato tratados como políticas públicas e de direito das pessoas, famílias, crianças, jovens, idosos, deficientes, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que vivem na fronteira dos nossos estados, que têm inúmeras necessidades, e, portanto, a nossa responsabilidade de ajudar e participar nesse processo de organização da assistência social.

De uma vez por todas, quando decidimos em uma conferência nacional, com a presença de delegados e convidados, de praticamente todos os municípios do Paraná, dos estados do Brasil, a implantação do Sistema Único de Assistência Social, estávamos decidindo pela ruptura, de uma vez por todas com a idéia de que a assistência social é clientelismo, assistencialismo, benemerência, caridade e favor aos pobres. As pessoas têm direito. Assim como acessam a saúde, educação, trabalho, habitação, segurança, meio ambiente, cultura e esporte, têm necessidades e o direito de acessar aos serviços de assistência social.

Por isso, quando aprovamos um documento, que depois as senhoras e os senhores estarão recebendo, a política nacional de assistência social, aqui está dito qual é a realidade do nosso país, que nível de exclusão e de sofrimento ainda temos por milhares de pessoas e como precisamos organizar essa rede de serviços em cada município brasileiro e, aqui, no Paraná, para que essa política atinja todas as pessoas. Estamos falando de proteção social, acolhimento, cuidado, encaminhamento,

formação e da responsabilidade pública que temos, as senhoras e senhores, como parlamentares, nós, como pessoas e gestores públicos, hoje, na esfera federal, mas também na esfera estadual, como o Secretário Nelson e os Secretários Municipais têm essa responsabilidade.

Por isso fizemos um projeto, que foi coletivo. Esse projeto não é do Presidente Lula ou do Ministro Patrus, é um projeto construído coletivamente em todos os estados deste país. Tenho feito isso que estou fazendo aqui em outros estados brasileiros, também pactuando, discutindo e construindo em conjunto o Sistema Único de Assistência Social. Esse sistema, a exemplo do que o SUS fez, estamos construindo um padrão de qualidade dos serviços dos municípios e fazendo um diagnóstico de como vivem as pessoas em cada município desse estado, onde elas estão, que tipo de serviços e benefícios elas têm assegurado do ponto de vista do poder público, das prefeituras, dos projetos públicos que as prefeituras, o governo estadual ou o governo federal mantêm. E do ponto de vista das entidades não-governamentais, dos trabalhos que essas entidades fazem há muitos anos. Estamos criando um padrão de qualidade, normatizando e criando uma legislação adequada a esses serviços de proteção básica e de proteção especial. Estamos identificando o que o Paraná precisa e o que os seus municípios precisam para atender do ponto de vista preventivo, para acolher, formar, qualificar e trabalhar com as famílias paranaenses.

Precisamos de serviços para atender aqueles grupos que estão em risco, como as crianças que estavam no trabalho infantil, que sofrem de abuso sexual e as pessoas, população de rua que estão aí, itinerantes, “trecheiras” como chamamos, que vão de um município para outro, sem identidade e sem um vínculo familiar, populações que estão às margens dos rios, as comunidades tradicionais.

Informo uma coisa importante: o Presidente Lula decreta a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Aqui está dito que cada município, cada estado e todos os órgãos federais têm a responsabilidade de reconhecer as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, quilombolas, os pescadores e quebradoras de coco, as faxinais, os pomeranos, as mais diversas comunidades que temos no nosso Brasil.

O SUAS exige que cada município e que o estado, sob a coordenação da Secretaria de Trabalho e Promoção Social, faça a coordenação e a implantação desse Sistema Único de Assistência Social. Nós temos que ter planejamento, não podemos ousar mais a improvisar, mas temos que definir qual é a realidade do Paraná e temos aqui uma série de informações que nos dizem que dos 399 municípios do Paraná, tem 370 municípios com até 50 mil habitantes. No Paraná, 1/3 da população vive com até meio salário-mínimo e, portanto, toda essa população deve estar inserida no cadastro único, um instrumento de gestão e de orientação aos Prefeitos e Prefeitas, a todos

aqueles que discutem e que cuidam da realidade do nosso estado.

Temos no Paraná 371 municípios que são identificados como municípios que têm baixíssima capacidade de arrecadação e de gestão. Por isso, a responsabilidade desta Casa ao olhar o estado, desta Casa ao receber os projetos, ao analisar os projetos de lei, junto com a Secretaria do Trabalho e Promoção Social, que pretendemos que em breve se chame Secretaria do Trabalho e Assistência Social, porque assim estamos inclusive dando uma denominação comum às secretarias no nível nacional, no nível estadual e no nível municipal. Temos inúmeras iniciativas no Paraná muito importantes nessa área. Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a nossa vinda aqui é para dizer, primeiro, que o governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a coordenação do Ministro Patrus Ananias, está absolutamente disponível, como já temos feito com os nossos Deputados Federais e Senadores do Paraná lá no Congresso. Estamos absolutamente disponíveis para conversar com vocês, para trocar as nossas experiências, para dizer que estamos juntos nessa luta pelo desenvolvimento social e econômico sustentável no sentido de garantir que a nossa população, de fato, acesse aquilo que lhe é de direito.

É muito importante que passemos alguns dados e vou deixar aqui o espelho, o quadro dos recursos investidos pelo governo federal no Brasil. Saímos de um orçamento de 7 bilhões em 2002, de 8,5 em 2003 para aplicarmos este ano mais de 24 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No Paraná, temos hoje um recurso previsto na ordem de 910 milhões, que também está aqui e vou passar para o Presidente este quadro que mostra que são 452 mil e 900 famílias que estão inseridas no programa Bolsa Família, que está sob nossa responsabilidade, programa que transfere renda, que garante a permanência das crianças na escola, que garante o acompanhamento ao sistema público de saúde das crianças na vacinação, das mães nutrízes e gestantes. Um programa que garante a integração dessas famílias no território, porque o SUAS, o Sistema Único faz exatamente isso: o diagnóstico das famílias em cada município por território, por região, avalia as condições em que as famílias vivem e faz a implantação dos serviços necessários àquela população.

Por isso, estamos cada vez mais descarimbando os recursos federais. Quem tem que decidir onde aplicar os recursos são os estados e municípios brasileiros. Já fazemos o repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para os fundos municipais, descentralizamos recursos do fundo nacional para os estados para que os estados cumpram o seu papel de coordenar a política estadual, de implantar o Sistema Estadual de Assistência Social, de realizar a capacitação dos gestores e dos técnicos que atuam nesta área, de criar cada vez mais um sistema de informação para que saibamos de quem estamos falando,

para que saibamos que realidade é essa que estamos falando.

Eu não vou me estender aqui, mas só lembrando que temos na área de transferência de renda 304 milhões na área dos programas de assistência social, trabalho infantil e combate à exploração sexual, um benefício de prestação continuada aos idosos e pessoas com deficiência, atenção ao idoso, às pessoas com deficiência que estão nas entidades não-governamentais, como APAEs, como os abrigos, os asilos, os centros de convivência; são 579.3 milhões, e aos programas de segurança alimentar perto de 20 milhões, que são os restaurantes populares, o programa de compra direta, que é muito importante. E o Paraná tem sido exemplo nisso, tem regiões onde o programa funciona muito bem, nós compramos os produtos dos pequenos produtores e distribuímos esses produtos na rede de proteção social. Temos as cozinhas comunitárias, aqui no Paraná tem 2 Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional, os CONSANs, e podemos ampliar as cestas de alimentos, a educação alimentar. Estamos agora fazendo uma pesquisa, contratamos uma pesquisa para sabermos, para medir e pesar as crianças que estão nas escolas recebendo a merenda escolar, para saber se isso está compatível com o desenvolvimento das crianças, em que medidas as famílias que estão no Bolsa-Família estão tendo uma nutrição melhor, estão tendo uma alimentação melhor.

Então, esse processo de integração não depende só do governo federal. Temos lá uma equipe de apenas 1270 pessoas no Ministério, com 5 secretarias, cuidando deste Brasil que é tão grande. E por isso nós queremos contar com este estado, com a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, Secretaria do Planejamento, com a posição do Governador Requião, com o apoio desta Casa, o apoio intransigente, para que as coisas aconteçam de forma mais rápida. Se não tivermos gestores nos municípios competentes, se não tivermos Prefeitos, Prefeitas, Secretários, se não profissionalizarmos essa área, vamos demorar muito tempo para alcançar os resultados obtidos. Ainda temos uma cultura de achar que a assistência social é assistencialismo, que a assistência social, na hora em que melhorar um pouco a condição da população, o desenvolvimento do país, do trabalho, do emprego, não precisaremos mais da assistência social. Isso não é verdade. Os países mais desenvolvidos do mundo têm na assistência social exatamente esse sistema de proteção que, independente da condição socioeconômica, recebe, acolhe, cuida e investe.

Temos aí a juventude do Brasil e temos que cuidar dessa juventude, seja para evitar que ela vá para a criminalidade, para que ela vá para o campo do álcool ou da droga, e que ela queira estudar, que ela queira se formar. Por isso, o Sistema Único de Assistência Social criou um equipamento público estatal, que são os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social. São 132 CRAS criados aqui no Paraná com recursos do nosso Ministério. Tenho a informação e sei que a Secretaria do Trabalho já

tem recursos para mais 22 CRAS e agora está aguardando a liberação de recursos do governo estadual para mais 59 CRAS. Por que são importantes esse CRAS? Porque nós garantimos recursos para contratar assistentes sociais, psicólogos, educadores, para atenderem as famílias daquele território, daquele município. E aí, sim, uma articulação, uma integração com a escola do território, com a unidade básica de saúde, com a associação de moradores, com as entidades que estão ali trabalhando nos programas sociais de todos os municípios do Paraná.

Nós esperamos muito, e eu sei que aqui, inclusive, há muitas leis, uma expectativa da Secretaria do Estado que esta Casa, tramitando nas suas comissões, aprove e se dedique a olhar para o orçamento da assistência social no estado do Paraná. É possível que isso aconteça. Se nós estamos colocando 910 milhões no Paraná, a nossa pergunta e a nossa questão é: o Paraná também tem a responsabilidade de fazer o co-financiamento dessa rede de assistência social e nós esperamos que esta Casa, aberta que é, estou vendo aqui inúmeros Deputados, a ex-Deputada Elza Correia, e tantos outros que estão aí numa luta há muito tempo para que alcancemos os melhores níveis de inclusão social, de cidadania e isto não se faz sem recurso financeiro, isto não se faz sem profissionalização, sem criarmos um plano de carreira para os profissionais que trabalham nesta área. Aprovamos em Brasília a NOB de recursos humanos, uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Seria muito importante, Sr. Presidente, que esta Casa discutisse os planos de carreira e os concursos públicos para os profissionais que atuam no âmbito da assistência social. Isto é fundamental, porque quando as famílias precisam de atendimento, elas precisam de profissionais que tenham capacidade técnica, que saibam o que estão fazendo, que saibam como encaminhar, que saibam como receber, como orientar e como elaborar projetos, inclusive, para conseguir mais e novos recursos para os municípios.

Então, este aspecto do co-financiamento da assistência social no Paraná é de fundamental importância. Então, conclamo aqui uma atenção especial para todos os projetos de lei que estão tramitando nas comissões desta Casa, no sentido de agilizar isto e algumas outras questões, por exemplo, quando entramos, nós não podíamos passar, o governo federal deixava de passar 17 milhões por mês para mais de mil municípios brasileiros porque havia a exigência da CND - Certidão Negativa de Débito. Quando assumimos, o Presidente, depois de 2 meses, já fez uma medida provisória que se tornou lei. Hoje passamos os recursos na íntegra, os recursos do orçamento da união para todos os municípios, independente das pendências que tem de CND - a dívida com o INSS é uma outra questão - a assistência social não pode ficar dependendo desta situação dos municípios, dos estados. E aqui me parece que esta questão ainda não está definida, porque a própria legislação ainda exige CND dos municípios. Ainda não aceitam o repasse fundo a fundo, cobrando assinatura de convênios para cada ação de ser-

viço - nós temos que facilitar, temos que agilizar - e é isto que o governo federal tem procurado fazer.

Ainda aqui no Paraná há uma vinculação, vincula a aceitação de transferências diretas à existência de regulação federal dos serviços continuados de forma mais exigente do que a própria legislação que o Ministério fez.

Enfim, eu poderia ficar aqui falando durante muito tempo, meu tempo já está concluído, mas eu gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui, de fazer esta comunicação. Vamos deixar todo o material que trouxemos, vamos inclusive distribuir a cada Deputado que, com suas equipes, possam conhecer a política nacional, possam conhecer o Sistema Único de Assistência Social. Isto é uma revolução no nosso país, porque estamos junto com todos os partidos políticos, com todos os Governadores deste país, com todos os Prefeitos, estamos construindo uma nova forma de organizar a assistência social no Brasil. Ela está articulada ao trabalho, à saúde, à educação, temos uma pauta enorme agora com o Ministério da Educação, fazendo a transição da educação infantil para educação. Temos uma pauta enorme com vários ministérios, discutindo os problemas das regiões metropolitanas no Brasil, como que as nossas políticas vão incidir mais fortemente nas regiões metropolitanas, no sentido de enfrentarmos aquilo que é a realidade das regiões metropolitanas, dos grandes centros urbanos deste país. Temos a pauta da juventude como uma pauta única que deve agregar todas as iniciativas, porque temos a responsabilidade de garantir um presente e um futuro para os nossos jovens longe de todos os riscos que estamos vendo acontecer por aí. Isto depende desta Casa, depende do Governo do Paraná, depende dos municípios, depende da atuação do governo federal. Estamos criando, temos um grande sistema de informação que está à disposição dos senhores e senhoras, estamos implantando a Rede Sul que informatiza, que põe a informação, em tempo real, para que os municípios tenham essa atividade facilitada.

O Programa Bolsa Família criou um índice de gestão local, nós transferimos recursos para cada prefeitura que mantém um cadastro atualizado, que mantém o controle de frequência das crianças na escola, que mantém o sistema de vacinação das crianças em dia. O Paraná poderia ter recebido 10 milhões e 900, só vou confirmar aqui, porque é muita informação e ele recebeu 7 milhões e 900, deixou de receber quase 3 milhões porque ainda precisa mais organização, mais acompanhamento, mais controle.

Por isso, Sr. Secretário Nelson Garcia - com o qual estamos mantendo uma parceria muito importante - é fundamental que a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social tenha estrutura técnica suficiente para acompanhar os municípios, para fazer assessoria, para orientar, para fazer capacitação. Caso contrário, vamos continuar alcançando os resultados de uma forma muito mais demorada. Queremos que os municípios tenham autonomia, queremos que as regiões sejam fortalecidas,

queremos que os recursos que vêm para cá sejam aplicados naquilo que é necessário. Temos estimulado aos nossos Deputados Federais e alcançado isso com todos os Deputados, no sentido de que as emendas parlamentares também sejam canalizadas para a política de assistência social, para aquilo que é necessário.

Então, por exemplo, lá no governo federal conseguimos fazer com que as emendas, ou individuais ou de bancada, fossem destinadas à construção de CRAS, à construção de restaurantes populares, aos programas que já atendem na área de proteção especial famílias em situação de risco, que ampliássemos as ações que atendem crianças que são vítimas de abuso e exploração sexual. Isso pode acontecer, Sr. Presidente, também aqui no Paraná e o Paraná tem - porque eu conheço a equipe técnica da Secretaria de Estado - um documento que fala das informações dos municípios. Sabemos quanto que o Paraná precisa de recursos e como o Paraná precisa se organizar para ter essa atividade mais estruturada, mais organizada, mais integrada. Os programas podem ser mais isolados, desarticulados, se tem programas de transferência no Estado é preciso integrar os programas de transferência de renda. Se tem programas que atendem crianças e adolescentes, famílias, precisamos, cada vez mais, unir as nossas forças para não duplicar recursos, para não pôr muito recurso numa região, e nada na outra.

Faço uma apelo também que os Deputados pudessem se dispor a discutir com as equipes das Secretarias de Estado, fazendo com que as emendas parlamentares se voltem à essas prioridades. Cada município tem o dever de apresentar um plano municipal de assistência social e ali ele coloca qual o diagnóstico, como as pessoas vivem, o que já têm e o que está faltando naquele município, para termos um planejamento adequado da nossa política. E as emendas parlamentares, eles podem tranquilamente responder às necessidades daquela região, assim o Deputado sem dúvida, vai estar correspondendo às necessidades, ao clamor, às reivindicações daquele grupo, daquela região e vai estar contribuindo para que cada vez mais o plano estadual de assistência social do Paraná seja colocado em prática.

Temos, de uma vez por todas, que superar a idéia de que para pobre qualquer coisa serve, por isso superar aquela fase onde para pobre não precisa planejar ou que a assistência social é uma política para pobre. A assistência social é uma política universal, é uma política que junto com a saúde, com a educação, com o trabalho, com o meio ambiente, como já disse, com todas as políticas integram essa rede de serviços que o município tem que estruturar em cada lugar, respeitando a sua realidade.

É isso que imaginamos para o Paraná e o Paraná tem grande potencial na área urbana, na área rural. O Paraná é um grande produtor agrícola e temos que pôr isso tudo a serviço do povo do Paraná. Por isso, acreditamos muito que o investimento nas políticas sociais, investimento nas pessoas passa pelo exemplo que nós damos, aqui nesta Casa, no governo federal, no governo

estadual, garantindo recursos humanos, garantindo transferência de recursos. A nossa prioridade neste ano é a elaboração, firmar um pacto de gestão com os estados.

Não adianta o governo federal achar que ele, passando recursos, as coisas se resolvem. Queremos passar mais que R\$ 910 milhões por ano para o Paraná. Mas desejamos que esses recursos sejam aplicados e tenham o co-financiamento do estado do Paraná, do orçamento do estado e também que os municípios coloquem recursos dos seus orçamentos nesta área, porque falta muita gente para ser incluída, falta muita gente para ser atendida. Queremos implantar no mínimo um CRAS por município. E queremos implantar os CREAS - Centros de Referência Especializado na Assistência Social, para atender a população de risco. E isso é uma responsabilidade do governo estadual.

Por isso, quanto mais debate, discussão, apoio, recursos os Srs. Deputados e Deputadas derem, aqui, vocês estarão fazendo isso pelo desenvolvimento do nosso estado, que prezo muito, e temos o Paraná lá em Brasília, em muitas áreas, como nossa referência. Referência de quem tem se mobilizado, de quem tem trabalhado muito.

Então, Sr. Presidente, encerro por aqui esse meu pronunciamento, colocando todo o nosso material à disposição de todas as bancadas, de todos os Parlamentares, agradecendo o espaço que tive aqui e colocando-me à disposição para voltar quantas vezes forem necessárias. A presença do nosso Ministro, aqui, também, a presença enfim de toda a nossa equipe técnica para debater e para construir em conjunto com os senhores e as senhoras um país mais igual, mais justo, que todos nós desejamos. E que vocês sejam apoiadores do SUAS. O SUAS é uma nova realidade no Brasil. E o SUAS precisa que os seus Parlamentares apoiem, discutam, conheçam, se aproximem. E tenho certeza que o Secretário Nelson, que está mais perto de vocês, vai com a sua equipe corresponder a essa construção coletiva que todos nós desejamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Estou à disposição para as perguntas que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas perguntas à nossa Secretária.

Estava prestando atenção ao seu pronunciamento e algumas dúvidas ficaram. A senhora falou que o Paraná tinha direito a 10 milhões e 900 e recebeu 7 milhões e 900. O que houve que o Paraná deixou de receber 3 milhões? Estamos em um estado que se reza a cartilha e a Carta de Puebla. Por que se desperdiçou 3 milhões que poderiam ser gastos com o povo mais humilde do estado do Paraná?

Bolsa Família, as pessoas têm dificuldades em conseguir, as prefeituras têm demorado, tem gente que está um ano na fila esperando uma bolsa família. Por que a demora?

Esse projeto que a senhora falou de compra de produtos, como funciona?

Os municípios podem estar incluídos? Como o pequeno produtor vai participar?

Cozinha comunitária. Quem tem direito a montar uma cozinha comunitária? Somente os municípios? O estado? As entidades? Como funciona?

Essa questão da CND que a senhora coloca, aqui. O Governo Lula fez um decreto, uma medida provisória, liberou, já é lei no Paraná que as entidades podem receber direto. O Paraná parece que tem um entrave, alguma coisa nesse sentido, que o estado bloqueia recursos para as pequenas entidades e as entidades deixam de receber o dinheiro. Gostaria que a senhora falasse um pouco mais. Como uma prefeitura faz para conseguir os CRAS que a senhora colocou, que são poucas as prefeituras que estão fazendo esses CRAS?

Eu gostaria de fazer um projeto aqui. Acho que o Paraná, Sr. Presidente, não pode perder 3 milhões aproximadamente, quando estamos aqui, a nossa bíblia é a Carta de Puebla, a nossa bíblia é a Carta dos Pobres. Como o Paraná deixa escapar pela Carta de Puebla, quase 3 milhões. Quem é o culpado? É o estado que foi incompetente? Os Prefeitos que não foram competentes? O que é que houve que o Paraná perdeu dinheiro, e eu vejo na minha região pessoas com dificuldades até para comer.

Obrigado. Esse é o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito à Sra. Márcia, se puder, responder ao Deputado Jocelito Canto, em 5 minutos, porque é o tempo que nos resta.

A SRA. MÁRCIA LOPES

O IGD - Índice de Gestão Descentralizada. Antes do Bolsa Família ser unificado, não tínhamos uma base única de dados, porque havia quatro programas de transferência de renda: cartão-alimentação, bolsa-alimentação, bolsa-escola, auxílio-gás e quando as prefeituras preenchiam o cadastro das famílias, esse cadastro ia para a Caixa Econômica Federal. Não voltava para os municípios. As prefeituras sequer sabiam quem eram as famílias cadastradas. Na unificação dos programas nós criamos uma base ativa. Então, hoje temos um cadastro único e pretendemos que ele seja um instrumento de gestão das políticas para todas as outras políticas. Qualquer programa que o Prefeito quiser implantar, vai no cadastro e sabe de todos. Têm mais de 120 informações por família, no cadastro único. O cadastro único cadastra famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa. No Bolsa Família, as pessoas, para estarem no programa, o critério de renda é até R\$ 120 por pessoa da família. Por isso, Deputado, é que às vezes a família está no cadastro

único, mas não necessariamente no programa, porque o corte de renda, do cadastro e do programa, são diferentes. Mas ainda assim nós criamos e todos os Prefeitos - e vocês lembram como tinha denúncia de pessoas que não precisavam e estavam no programa.

Agora, só não têm quatro municípios do Rio Grande do Sul, cujos prefeitos não quiseram assinar a adesão ao programa. Só. Todos os municípios brasileiros, praticamente, assinaram adesão ao programa, determinaram, indicaram coordenador do programa no nível local. O índice de gestão é o seguinte: às vezes o município não tem estrutura nenhuma para coordenar o programa, para atualizar o cadastro, para fazer visita domiciliar, para melhorar o acompanhamento das crianças nas escolas. Então temos um cálculo em que quanto melhor o cadastro único naquele município, quanto mais a prefeitura controlar a frequência das crianças na escola e na área de saúde, mais ela recebe o recurso do índice de gestão.

Então, na verdade, dos 10 milhões e 800, os municípios receberam 7 milhões, 994. Dois milhões e 800 deixaram de vir para os municípios, porque os municípios não conseguiram fazer o acompanhamento e a atualização dos cadastros. Isso está continuando. Estamos capacitando os municípios para que eles, de fato, melhorem cada vez mais, esse acesso. Isso está informatizado. Com o recurso, eles compram computadores, fazem cursos para as famílias...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Paraná devolveu alguma verba ao governo federal?

A SRA. MÁRCIA LOPES

Não, não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Paraná devolveu alguma verba da assistência social ao Brasil?

A SRA. MÁRCIA LOPES

Não devolveu, não devolveu.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Nada?

A SRA. MÁRCIA LOPES

Não devolveu, não devolveu ainda. Nós temos no Brasil um saldo de quase 300 milhões nos Fundos Municipais de Assistência Social. É por isso que eu estou fazendo esse apelo aqui. Quanto mais profissionalizar, temos que pôr gente qualificada, temos que pôr profissionais! Não é brincadeira trabalhar no município! Assim como o médico está na unidade básica de saúde, assim como o professor está na sala de aula e tem que ser qualificado, não adianta colocarmos gente de boa vontade, gente que vai fazer um trabalho voluntário para trabalhar com as famílias, para integrar as famílias, para orientar, para formar. Se não qua-

lificarmos, não profissionalizarmos, de fato vai sobrar dinheiro. E agora, Deputado, estamos fazendo um estudo de análise para que possamos reprogramar os saldos e que estes saldos fiquem no estado. Depois, o Secretário Nelson, a equipe técnica, a Denise e outros podem orientar melhor a situação do Paraná. Não queremos dinheiro de volta, queremos que o recurso seja aplicado, queremos pagar todas as emendas federais.

Sabe qual é o nosso maior problema? É aprovar a instrução dos processos, porque às vezes o município não consegue apresentar um projeto de construção de arquitetura adequado, para que possamos pagar a emenda parlamentar. Nós gastamos no ano passado - investimos, como diz o próprio Presidente Lula - 98% nós executamos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. E a cada ano o Ministro cobra mais e mais. Isto depende da capacidade técnica dos municípios, de planejar, de estruturar seus projetos.

Em relação à compra direta, restaurante popular, hortas comunitárias, banco de alimentos, nós lançamos editais públicos. Então, é muito importante que o município tenha uma equipe que fique - usando uma expressão da moda - antenada nos editais públicos que abrimos e que são critérios discutidos. Nenhum recurso sai do Ministério sem passar pela anuência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e sem passar pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Temos que fortalecer os Conselhos, dar legitimidade para eles, porque eles fazem controle social. E Tribunal de Contas, Controladoria Geral, sempre lá, auditando nossas contas. Nós prestamos contas do que executamos, todos os meses, para os conselhos. Sobre editais, é isso.

Em função do tempo eu paro por aqui, mas estou à disposição dos senhores para aquilo que for necessário. Vou deixar meu e-mail, meu celular. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência agradecer a fidalguia da Dra. Márcia Lopes, que veio a convite do Deputado Péricles de Mello a esta Casa.

Suspendemos a Sessão por três minutos, para que os Deputados possam cumprimentar a Dra. Márcia.

Obrigado, Dra. Márcia, pela presença. Tenho certeza de que haverá, sem dúvida nenhuma, uma interação entre esta Casa e especialmente com os Secretários da área com a senhora, no Ministério da Defesa.

Muito obrigado.

A SRA. MÁRCIA LOPES

Sou eu quem agradece. Perdão, porque acabei não mencionado o nosso companheiro e Deputado Péricles, que nos fez este convite.

Agradeço a todos a atenção e pretendo voltar a esta Casa outras vezes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Sessão suspensa)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Reiniciada a Sessão, passa-se ao Horário das Lideranças.

Antes, porém, anunciando aos presentes que a Dra. Márcia prosseguirá seu debate lá no plenarinho.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que, por gentileza, tomem assento em seus lugares.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Brevemente, neste horário da Liderança do PMDB, gostaria de transmitir aos nossos Pares da Assembléia Legislativa o resultado da visita feita em Brasília, na semana passada, para tratar de assuntos do mais profundo interesse do estado do Paraná.

A princípio, tivemos um jantar oferecido pela Executiva Nacional do PMDB, onde compareceu o Presidente Lula. Dentre o cordialismo de uma reunião de companheiros, me senti orgulhoso e envaidecido de ser paranaense e ter o Governador que temos porque, seguramente, entre 8 a 10 minutos, o Presidente Lula fez referências elogiosas ao Governador Roberto Requião pela sua postura, pelo equilíbrio do estado, pela forma de administrar e pelo companheirismo. Acho que isso, para cada um de nós, numa reunião onde estavam presentes diversos Governadores, Senadores, Ministros, Deputados Federais, essa referência nos orgulha por percebermos o conceito que a administração pública do Paraná goza junto ao plano federal.

Num segundo momento, tratou-se de uma questão bastante polêmica e polemizada, aqui no estado do Paraná, que faz referência às aplicações do porto de Paranaguá. Verdades que precisam ser esclarecidas. Um porto que tem apresentado, constantemente, ano a ano, um aumento de exportação; um porto que tem se agilizado, se modernizado, mostrando que dos portos brasileiros, talvez, o de melhor estrutura e organização, seja exatamente o porto de Paranaguá que, diga-se de passagem, é um porto público.

O que se quer, hoje, é utilizar os recursos do próprio porto de Paranaguá para aumentar sua capacidade de exportação. Notamos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que existem investimentos do governo federal em muitos portos brasileiros, com recursos do Tesouro. O que estranha-se é que existe uma dificuldade enorme de autorizar que o porto de Paranaguá, que tem recursos próprios oriundos da sua exportação, da organização do porto, tenha dificuldade para poder ampliar e utilizar esses recursos.

O Governador Requião esteve na ANTAC conversando duramente com os seus integrantes, Diretores, e na quinta-feira próxima estará toda a direção da ANTAC em

Paranaguá para fazer uma vistoria, uma conversação, escutar o Paraná nas suas reivindicações. Acho que é uma conquista extraordinária e por coincidência estará exatamente sendo no mesmo dia em que a Assembléia Legislativa estará, a convite do Superintendente do porto, Eduardo Requião, presente também em Paranaguá. Portanto, acho que será um grande momento para que possamos tratar desse assunto.

Mas, no jantar feito pela Executiva do PMDB, presente o Presidente Lula, ele convidou o Governador Requião para audiência na sexta-feira às 9h00 da manhã. Uma audiência longa, absolutamente descontraída, que durou mais de uma hora, onde se discutiu problemas nacionais, do estado do Paraná e principalmente discutiu-se o motivo principal dessa viagem e dessa audiência do governador com o Presidente da República, que é a questão da retenção de recursos do pagamento de dívida que o estado do Paraná está fazendo, ainda com referência a títulos de Alagoas, Santa Catarina, Guarulhos e Osasco.

No dia anterior, o Dr. Nestor Bueno, representando a Secretaria da Fazenda; o Ênio Verri, representando a Secretaria de Planejamento, e mais a PGE, estiveram fazendo nos órgãos competentes o trabalho técnico e demonstrativo de que o estado do Paraná nem sequer poderia estar sendo cobrado por esses títulos.

É uma matéria longa, grande. Não é uma matéria para ser discutida no horário das lideranças. Seria muito extensa se tivéssemos que rever as razões pelas quais o Paraná está gastando quase 60 milhões por mês, pagando uma dívida que não tem origem. É importante lembrar que nessa dívida oriunda da liquidação do banco, nesse empréstimo feito pelo estado do Paraná, tem-se 4, 5 aditivos. E o último aditivo foi firmado no dia 27 de março de 2002, assumindo compromisso de pagamento dessa dívida em 30 meses a partir do dia 30 de janeiro de 2003. Exatamente na posse do novo governador. Portanto, o governo anterior e essa discussão tão grande a respeito do pagamento dessa dívida, esquecem muitas vezes que essa dívida foi oriunda de um péssimo contrato, que está fazendo o Paraná ser sangrado constantemente no valor de 50 milhões e que já temos até hoje, retido como pagamento de sanção por modificações de taxas do IGPDI para SELIC. O estado tem hoje R\$ 165 milhões a receber e não a pagar.

Qual foi a posição do governo Requião? Posição clara e absoluta. O estado não paga mais porque é um absurdo as coisas que aconteceram. Os títulos de Alagoas, de Santa Catarina, de Osasco e de Guarulhos foram adquiridos depois de terem sido declarados nulos na Justiça de seus Estados. São títulos que serviram única e exclusivamente para fazer a cadeia da felicidade desta CPI, que aconteceu no Congresso Nacional. O estado do Paraná, preso por esse contrato, está hoje a pagar além de parcelas mensais estipuladas anteriormente, pagar a retenção, tendo retido a título de multa, por atraso de pagamento devido a mudanças que foram feitas na correção desse valores.

Acho que sem representar euforia, esta é uma das razões pela qual o Governador Requião pouca entrevista deu ou pouco falou sobre o assunto, porque já tivemos dissabores com essa questão. mas o Presidente Lula ouviu a colocação da origem desta dívida, de como ela foi comprometida, da participação do Banco Central e do Banco do Brasil, em um feito que jamais poderia ter concordado com ele, a responsabilidade passa a ser, portanto, do Banco Central. O estado do Paraná tem essa disposição firme, forte e dita em todas as letras pelo Governador: o estado não vai pagar mais. Não podemos sacrificar saúde, educação, transporte e tantas e tantas outras atividades necessárias ao estado do Paraná, para ficarmos pagando compromissos de títulos que nem sequer revendidos poderão ser, porque já foram declarados nulos na Justiça dos seus estados.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Na seqüência.

O Presidente Lula colocou com clareza absoluta, de uma forma responsável, dizendo ao Governador Requião que a partir daquele momento ele assumiria pessoalmente a solução desse assunto. Isso ficou evidente e claro. O Presidente ficou absolutamente convencido que o Paraná tem razão, o setor de finanças já previamente visitado pelos nossos Secretários também sabe que está profundamente errado esse desconto feito pelo estado do Paraná.

Quero informar aos companheiros e amigos que tenho a mais absoluta confiança, que essa questão será resolvida nos primeiros dias, porque o Presidente chamou para ele a responsabilidade, dizendo que a partir de agora ele conduzirá pessoalmente essa questão. Além do não pagamento, o estado do Paraná está a pleitear o retorno de aproximadamente R\$ 165 a 170 milhões, já retidos indevidamente no Tesouro do Estado.

Creio que daremos um passo muito importante. Acredito que essa seja uma das maiores lutas do Paraná. Eu gostaria de deixar claro aqui, não da bancada do PMDB, não da bancada de apoio ao Governador Requião, mas dos 54 Deputados da bancada do Paraná, porque não está sangrando o governo, está sangrando o estado. Precisamos fazer com que o nosso estado, com maior capacidade de endividamento, possa fazer com que as necessidades da nossa população sejam atendidas.

Vejo até com determinada tristeza, em alguns veículos de comunicação, uma forma pejorativa de anunciar a questão colocando como se isso fosse apenas uma promessa a mais. E você lendo dá a impressão que as pessoas torcem para que não dê certo.

É o Paraná, minha gente! É o nosso estado que foi golpeado profundamente na hora em que perdeu o seu banco estatal. Mas pior do que isso, na hora que transferiu dívidas que eram de um banco, que é uma sociedade

anônima, para o Tesouro do Estado, assumindo o governo do Paraná, os paranaenses assumindo dívidas que não lhes diziam respeito.

Por isso, é uma causa que tem que ser abraçada pelos paranaenses, pelos órgãos de imprensa, pelas bancadas de Situação e Oposição e que espero poder voltar aqui na semana que vem, anunciando definitivamente o retorno desse recurso indevidamente retirado, do estado do Paraná e a absolvição total na questão de pagamentos futuros.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Caíto, quero me somar nesse seu convite para que toda a Casa se empenhe e comungo com V. Exa. que é necessário esse esforço, comungo com V. Exa. que a dívida, com certeza, se o Paraná a contraiu, foi por métodos e por razões duvidáveis, mas continuo a esperar por parte da Secretaria da Fazenda e V. Exa. até me causa certo alívio - em que pese não vai restabelecer a ordem das coisas - quando afirma que o Presidente Lula “tomou pé” da situação e assumiu pessoalmente o controle das negociações. Agora, acredito que sob o comando do Presidente da República é possível inclusive fazer retroativo a 31 de dezembro esse repasse da retenção. Já se passaram 4 meses desde que foram contabilizados esses 165 milhões como disponível em caixa, e mais grave do que esse dinheiro não estar em caixa é a situação dos restos a pagar, que foram mantidos como empenhados e foram pagos no início deste ano, com o orçamento deste ano.

Estão, a situação realmente precisa do apoio de todos os Parlamentares. Não é uma questão de se polemizar, mas é uma questão de ficarmos preocupados, porque daqui a pouco já não vamos fechar o orçamento deste ano; o primeiro quadrimestre já está fechando agora e daqui a alguns dias teremos que assistir à Audiência Pública aqui e não dá para continuar fazendo essas engenharias, essas maquiagens.

Então, primeiro temos que aguardar para ver se o Presidente Lula resolve em definitivo, porque a dívida é muito longa, mas também temos que resolver aqui - perdoem-me a palavra aqui - o “para atrasmente”, porque se não resolver a situação dos 165 milhões, o estado do Paraná corre o risco de não receber repasses da união a qualquer título.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Deputado, espero que até a apresentação deste quadrimestre nós estejamos já com a situação plenamente resolvida e nesse dia terei o maior prazer em convidá-lo para um jantar comemorativo da solução de um dos graves problemas do nosso estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, no horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Caíto Quintana, queria perguntar a V. Exa. : onde estão os ladrões do Paraná?

Queria perguntar para o senhor! O senhor acaba de fazer aqui uma denúncia que é terrível a todos nós e olho para o lado e só vejo falar: prenderam um gerentinho aqui, prenderam um bagrinho ali e outro ali, mas cadê os tubarões? Onde estão os caras que roubaram este estado? Cadê os ladrões que roubaram o BANESTADO? Cadê os ladrões que fizeram isso que V. Exa. acaba de falar aqui, que o Paraná paga 60 milhões por mês? E não é por ano, não, é por mês! E perguntaria também: onde está o Ministério Público?

Sessenta milhões por mês! Alguém botou a mão nessa gaita! Quem pegou esse dinheiro vai continuar andando pelas ruas impune?

Vejo o brilhante Deputado Reni Pereira, um expert em finanças, dizer o seguinte: o estado está fazendo uma engenharia financeira para fechar o caixa. Deputado Reni, quando V. Exa. faz isso, eu me arrepio todo, porque o senhor é um técnico competente. E quando V. Exa. fala que tem um grande buraco no fechamento do caixa do ano passado, eu fico perguntando: cadê quem vai prestar contas disso? Vamos brincar que fechou o caixa como se fecha o caixa de uma entidade cheia de compadres e comadres? Até quando vai isso?

E volto a perguntar: cadê o Ministério Público para ver essa questão do fechamento do caixa que, segundo o Deputado Reni, foi fechado na perna, que é o que o senhor dá a entender claramente ao povo do Paraná? Onde estão os ladrões? Vão continuar soltos? Vamos continuar ouvindo o discurso dos ladrões? Somos obrigados a ouvir o discurso ainda? Vamos continuar ouvindo?

Eu vi aqui que muitos não prestaram atenção no que disse a Márcia Lopes, eu prestei atenção porque ela falava dos pobres, e é o povo que eu mais represento aqui, são os que mais, diariamente, eu atendo na minha base, e todo dia tem um problema. E agora eu descubro que o Paraná tinha direito a 10 milhões, quase 11 milhões para receber e deixou de receber 3 milhões. Três milhões não vieram para o estado do Paraná. A Diretora aqui foi elegante, respeitou o Secretário, que é do seu partido, que é companheiro nosso, o Garcia, desta Casa, não disse que tem que devolver o dinheiro, mas claro que já devolveu o dinheiro ou vai devolver ainda. São 3 milhões que o Paraná sangra também, Deputado Caíto. Mas, sangra por quê? Porque alguém está no lugar errado. Se o estado tem direito a receber dinheiro e não recebe, é porque alguém não fez um projeto corretamente. Quem não fez, os municípios? Então, os Prefeitos são incompetentes, colocaram apadrinhados no governo e não colocaram os técnicos de assistência social para fazerem os projetos. Dinheiro está sobrando? Em um estado, Deputado Welter, que a Carta de Puebla é o caminho, nós devolvemos dinheiro! E o

governo do estado o que fez? Ah, não temos nada a ver, isso aí é com os municípios. Espera aí, o estado pode dar apoio técnico como dá nas obras do Paraná Urbano, como dá em outros locais ou outras secretarias no sentido de beneficiar esses municípios a fazerem os projetos para não perderem dinheiro.

O Paraná está sangrando, sim. Está sangrando com os ladrões do dinheiro público que estão perto de nós, muitas vezes, ou estão por aí nas redondezas, e ninguém vê nada. O Paraná sangra quando não vem o dinheiro da assistência social. É por isso que lá em uma favela, em um bairro pobre, Deputado Péricles, se sente falta de recursos porque o recurso não chegou. Se não me falha a memória, até o município de Ponta Grossa devolveu o dinheiro da assistência social, o que dá dó. Dinheiro que poderia ser aplicado em uma cozinha comunitária, que eu acho um baita de um programa social, comida na mesa do cara, da criança todo dia, esse programa de geração de compra de produtos e outros, os CRAS, e assim por diante. O Governo manda o dinheiro e o governo do Paraná, as prefeituras, não gastam o dinheiro.

Daí é fácil, Deputado Luizão, chegar aqui e falar: o Lula é incompetente. É fácil vir aqui criticar o Presidente. É fácil vir aqui falar mal do governo. Mas, o governo mandou o dinheiro e o dinheiro não chegou ao povo. Por quê? A Diretora acabou de falar aqui - porque falta projeto, às vezes falta um projeto civil, um projeto de uma construção para fazer uma obra. E daí?

Então, perguntamos, o Deputado Caíto Quintana tem toda a razão - 60 milhões todo dia 30 é vergonha! Sessenta milhões mais os juros, correções, pagar todo mês, é dolorido! É dolorido quando você vê lá em Ponta Grossa uma Juíza fazendo um programa sozinha, pedindo doações, fazendo campanhas para fazer uma casa para proteger uma criança, uma Juíza da Infância, que não é a função dela, mas como o ente público não faz, ela está fazendo uma casa para as crianças pobres, para a criança abandonada, para aquela criança que não tem pai, que é sofredora, ela está fazendo uma entidade, sozinha, sofrendo, com dificuldade. Aí eu vejo aqui a Diretora de Ação Social do Ministério dizer que o Paraná não recebeu o que tinha que receber, o dinheiro não veio ou o dinheiro veio e não foi usado. E eu me lembro do exemplo da nossa Dra. Noeli Rebak, Juíza da Infância e Adolescência em Ponta Grossa que está a esperar recursos para fazer o educandário para cuidar da criança que é maltratada pelo pai, que é abandonada pela mãe e que perambula pelas ruas da cidade, e daí tem dinheiro sobrando e o Paraná e as prefeituras não usam.

Eu me lembrei também daqueles 300 mil que o Secretário - hoje Executivo da Secretaria do Trabalho - da Criança prometeu a essa Juíza lá em Ponta Grossa, e é tanto dinheiro que vai para os sem-terra, não sei para quem, e eu acho que o Fábio Camargo tinha razão, tinha que fazer uma CPI para ver como que vai dinheiro para sem-terra, dinheiro não sei para quem e não vai dinheiro para uma entidade como é a da nossa Juíza lá de Ponta

Grossa, que precisa um pouquinho para fazer uma entidade para as crianças. Daí se abafa uma CPI, porque a CPI pode mostrar batom na cueca de alguém. De quem? Daí o Diretor lá da Secretaria não quer, por quê? Não sei, não sei porque não quer. Deve ter batom na cueca, como diz o jornal, porque o dinheiro da Juíza prometido pelo governo não foi e o estado do Paraná, Carta de Puebla, pega o dinheiro que poderia pegar de Brasília.

Os municípios falham porque alguém falha e aí eu vejo o Diretor Executivo da Secretaria fazer discurso: “não, não devemos nada, não queremos”, aí vem o Padre Roque: “pode abrir, sigilo bancário, CPI”. Está bem, vamos abrir a CPI. Aí não tem CPI, acabou a CPI. Por que não tem CPI? Boa pergunta! Deveria ter, porque dinheiro para as crianças não tem, mas tem dinheiro para correr atrás dos sem-terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT, PSDB, Democratas, PT.

(**Declinam**)

PP. Com a palavra, Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputados e Deputadas. Inicialmente quero agradecer o amigo José Maria de Paula Correia que é o Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, pessoa querida, competente e que está dirigindo um setor tão importante que é o ParanaPrevidência.

Há poucos dias esta Casa aprovou, Presidente Nelson Justus, um pedido de informações que fizemos apenas para saber quais são os marajás do Paraná, quais são os altos salários do Paraná, principalmente quem está ganhando salário acima do salário do Governador do estado do Paraná.

E hoje, eu quero com alegria, se tiver algum Deputado ou Deputada que tenha interesse em saber a primeira resposta que veio com a primeira lista dos marajás aqui do Paraná, aposentados, eu tomo a liberdade, Sr. Presidente Nelson Justus, de sugerir que peguem um papel e uma caneta e anatem os nomes porque eu vou divulgar aqui os nomes que a ParanaPrevidência me mandou. A partir de agora então nós já sabemos quem é que está ganhando mais de R\$ 24 mil de salário, muitas vezes têm o salário e ainda têm umas bijuterias no meio, tempo de serviço, filho e muitas vezes o salário que é “X” pula lá nas montanhas. Então quem tiver interesse de saber, somente dos aposentados, por favor pegue papel e caneta que eu vou começar a lista aqui, não são muitos não, são aposentados.

Com salário de R\$ 24.918,78 - posso divulgar o nome, Sr. Presidente? V. Exa. permite a divulgação dos nomes?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O documento pertence a V. Exa., o documento é público.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Está aqui, documento da ParanaPrevidência.

O nome do primeiro aposentado com salário de R\$ 24.918,78, até pensei que fosse inicial de alguma empresa de transporte de valor, sei lá, o nome do aposentado é T. G. V., é o primeiro aposentado, está divulgado o nome. Outro aposentado, salário de R\$ 25.877,19, aqui tem 2, parece que são Desembargadores. Caros colegas que tiverem interesse, anotem os nomes: L. S. C. É isso mesmo, Deputado Dobrandino, anotou aí?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não dá para dar o nome completo?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não seja curioso, Sr. Deputado, quer saber o nome na íntegra! Outro aposentado com R\$ 25.877,19, também Desembargador, podem anotar o nome aí: M. S. S. Outro Desembargador aposentado com salário de R\$ 26 mil, aí já aumenta, R\$ 26.955,41, atenção para o nome do aposentado, esse é mais compridinho, dá mais trabalho para anotar: C. J. P. M. A. Aposentado também com salário de R\$ 26.955,41 outro Desembargador e nome do privilegiado com este alto salário é N. H. M. Mais 2 aposentados, cada um com um salário de R\$ 26.955,41, A. J. C. F. Aí tem outro aposentado também com R\$ 26.955,41, até pensei, Presidente, que fosse Jesus Cristo porque está escrito J. C. mas não é, é apenas coincidência da inicial.

Então Sr. Presidente, acho que isso é até uma brincadeira feita contra a Assembléia Legislativa. Era melhor não ter respondido absolutamente nada. Eles se apegaram, aqui. A assessoria que providenciou a resposta disse o seguinte: “que não pode dar o nome dos aposentados”, quando na verdade são aposentados na vida pública. O nome já diz que é público. Por que estão dizendo, aqui, que não podem dar o nome?

(Lê documento): *A Lei Maior estabelece nos direitos e garantias fundamentais, que os direitos individuais serão invioláveis. Art. 5º São invioláveis a intimidade... Mas quem está querendo entrar na intimidade, nobre Deputado Waldyr Pugliesi? Não estamos querendo entrar na intimidade de nenhum aposentado! Diz aqui: ...são invioláveis a intimidade, a vida privada e também é inviolável a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material decorrente da violação. Não estamos entrando na vida particular, não estamos pedindo quebra de sigilo. Estamos pedindo apenas o que é que o Poder Público paga para o aposentado.*

Sr. Presidente, será que quando a imprensa discute que o Lula ganha “X” por mês e discute de dar ou não o aumento a ele, será que estão atacando a honra do Lula? Será que estão quebrando a intimidade do Lula? Lógico que não! Quando sai o salário do Governador, do Depu-

tado Estadual ou Federal, a imprensa toda noticia. E é o seu papel noticiar. Não tem nada que estar quebrando a intimidade, a vida privada, atacando a honra de ninguém. Se a pessoa recebe com o dinheiro público, a palavra “público” já diz que o povo tem direito de saber. Seria melhor não fazer essa verdadeira palhaçada que foi feita com a Assembléia Legislativa, mandando apenas as iniciais, se é um salário lícito - e acreditamos que seja, não estamos aqui para contestar - por que omitir da opinião pública do Paraná quais são as pessoas que no nosso estado ganham salário superior ao salário do Governador Roberto Requião?

Lamento, Sr. Presidente, e estranho esta resposta que foi dada. Não serve e não contribui para absolutamente nada. Se é aposentadoria paga com o dinheiro dos impostos do povo, não temos nada que esconder da opinião pública quanto ganha um Deputado Estadual, quanto ganha um Deputado Federal, quanto ganha um Senador, um Prefeito, um Governador, os Ministros, quem é que está recebendo salários altos aqui no nosso Paraná. Lamento, Sr. Presidente. Creio que foi uma total falta de consideração com a Assembléia Legislativa, que é a Casa do povo. E se nem a Assembléia vai ficar sabendo quem é que tem salário tão grande, tão graúdo, tão gordo, tão polpudo, imagina a opinião pública que não tem esta tribuna e não tem assento...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna nesta tarde de segunda-feira para dizer que na semana passada protocolamos o Projeto de Lei nº 242/07, cuja súmula é a seguinte: *Autoriza o Poder Executivo a conceder redução no pagamento de tarifas nas praças de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná, para veículos que transportem estudantes com destino a estabelecimento escolar.* Sr. Presidente, fiz um pedido nesta tarde para que este projeto também tramite em regime de urgência. Segundo o Projeto de Lei nº 242/07, artigo 1º, *Fica o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, autorizado a conceder redução de 50% do valor do pedágio nas rodovias pedagiadas do estado do Paraná para empresas que realizam serviço de transporte de estudantes matriculados no estado e que façam uso desse trajeto regularmente. Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao DETRAN.*

Muito bem, esse é o Projeto de Lei nº 242, devidamente protocolado.

Tem uma justificativa técnica e legal. Como bacharel em Direito que sou, me certifiquei do embasamento

legal do dispositivo desse projeto, conversando com advogados, com Desembargador e com uma Procuradora. Realmente o projeto é de extrema relevância e extremamente embasado legalmente. Eu gostaria de fazer um pedido: existe nos contratos das concessionárias, uma prerrogativa de que o DER pode atribuir isenção ou descontos em passagens de veículos credenciados. Nós, Deputados, poderemos sim, credenciar os veículos que transportam estudantes e acadêmicos.

O artigo 205 da Constituição Federal dispõe que: *A educação, direito de todos e dever do estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Se assim é, nobres Pares, nada mais oportuno e justo que as autoridades constituídas no atual período de grave crise econômica, de recessão, busque soluções para ajudar os milhares e milhares de estudantes universitários e também do ensino fundamental que diariamente são obrigados a se deslocar de uma cidade para outra, vencendo grandes distâncias. Então, está previsto em lei constitucional, o benefício do desconto de 50% para acesso a eventos culturais. Srs. Deputados, não existe, no meu entender, evento cultural mais importante do que a aula.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte?

(Assentimento)

O cálculo de tarifa de pedágio ou de transporte coletivo, seja o que for, é o rateio da empresa concessionária que dá um custo fixo por rodado. V. Exa. tem clareza que quem vai pagar a diferença vão ser os outros usuários?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não deveria.

O Sr. Elton Welter (PT)

Não vai ser o concessionário que vai deixar de arrecadar. Quem vai ter que pagar, vai ter que recalcular tarifa, na medida em que há isenção para alguns, senão vamos estar legislando naquilo que pode até ser possível, mas temos que ter clareza que os outros usuários é que arcarão com essa diferença, porque o concessionário não banca isso, porque senão, ele se inviabiliza.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Se existe a previsão legal, se existe na Constituição, nenhuma concessionária deveria repassar esse valor para seus contribuintes e eu tenho certeza que o senhor também defende a educação. Como o senhor é do Partido dos Trabalhadores, o senhor vai defender com certeza esse projeto, porque é de relevância, é importante, e caso algum Deputado venha a querer defender o lado das concessionárias, tenho certeza

que terão a oportunidade necessária quando o projeto voltar ao Plenário. Eu gostaria de terminar o meu pronunciamento dizendo que eu fiz um pedido à Mesa, para que esse projeto tramite em regime de urgência e eu gostaria de fazer um pedido ao Presidente da CCJ, Exmo. Sr. Durval Amaral. Eu sou um Deputado de Oposição, mas eu gostaria de pedir ao Exmo. Sr. Deputado Durval Amaral para que atribuísse a condição de Relator na CCJ a um Deputado da Situação, a um Deputado que represente a base governista. Poderia ser o Deputado Artagão Júnior. Gostaria de fazer o pedido ao senhor, para que um Deputado da base do governo seja o relator do meu projeto.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente Nelson Justus, só queria transmitir às Sras. e aos Srs. Deputados, o convite formulado pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, nosso companheiro Eduardo Requião, para visita que será capitaneada por V. Exas., mas que era muito importante que todas as Deputadas e Deputados, independente da bancada, Oposição ou Situação, pudessem comparecer ao porto de Paranaguá, numa visita técnica - o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, foi Presidente da CPI do Porto, que conheceu e conhece profundamente a realidade do porto de Paranaguá - pudessem na quinta-feira fazer essa visita e discutir os temas, porque penso que é da maior importância, afinal de contas temos todos lutado para que nosso porto de Paranaguá seja o melhor porto do Brasil.

Penso eu que esta oportunidade de quinta-feira, de estarmos todos juntos em Paranaguá nesta visita técnica, é extremamente oportuna e certamente é o momento de esclarecer dúvidas, de ver o que está acontecendo no porto. É durante o dia todo. Logo ao final da Sessão, aqui da Casa, às 11h sairá um ônibus que vai até Paranaguá para visitar o porto, se discutir e tirar informações. É o momento de esclarecer as dúvidas.

Queria transmitir este convite e dizer que V. Exa. estará presente e também estará presente, muito provavelmente, o Governador Roberto Requião. É um momento importante para que todos possam comparecer e tirar suas dúvidas sobre o nosso porto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu estou, Deputado Romanelli, voltando à tribuna porque V. Exa. deve ter acompanhado nos últimos dias a questão SANEPAR-PAVIBRAS.

Quando nós trouxemos aqui a informação de que a apólice de seguro era falsificada, fria ou adulterada, pelo encaminhamento que V. Exa. deu - e nós até fizemos uma troca de insinuações, quando V. Exa. disse que eu estaria sendo induzido a erro - e eu disse a V. Exa. que como ex-Líder de Governo eu não faria a defesa em primeira mão, jamais, da forma como V. Exa. fez, inclusive reconhecendo o esforço que V. Exa. fez de ir buscar as informações da questão SANEPAR-PAVIBRAS.

E agora, como o tempo passa, as informações vão chegando. Vão chegando e vêm a confirmar aquilo que eu afirmei nesta Casa. E V. Exa. que esteve com boa parte da diretoria da SANEPAR pela manhã, os Diretores da SANEPAR não informaram a V. Exa. o que nós também não sabíamos.

Fomos buscar a questão da apólice porque havia uma acusação de que aquela apólice poderia ser falsa. Até aí tudo bem. Fomos em busca da seguradora que nos afirmou que não tinha conhecimento da apólice, vieram informações de que havia a informação extrajudicial, mas agora veio uma informação que deixou clara a situação: no contrato, quando realizado entre a empresa e a SANEPAR exigiu que o seguro fosse feito pela mesma.

Quando tivemos conhecimento de que a apólice era fria, falsificada, imaginávamos que a empresa poderia ter adulterado ou o corretor poderia ter adulterado, mas agora a questão ficou mais séria, mais grave, porque a empresa de seguro foi contratada pela SANEPAR, inclusive temos os comunicados feitos pela SANEPAR para a empresa dizendo que já tinha escolhido, ou melhor dizendo, licitado a empresa seguradora, dando os valores.

Recebi também a documentação, Deputado Romanelli, dos pagamentos feitos pela SANEPAR. Quero dizer a V. Exa. que, além da apólice ser falsificada, a SANEPAR fez a cobrança diretamente da empresa seguradora do prêmio. O que aconteceu? Quem escolheu a empresa de seguro? A SANEPAR. A apólice é falsificada e a SANEPAR descontou da empresa o valor do prêmio de seguro.

Deputado Romanelli, para que possamos nos aprofundar nessa questão, insisto com V. Exa. para que nos ajude a desarquivar os requerimentos feitos por este Deputado, para que busquemos mais informações para chegarmos a uma conclusão, senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer aqui? V. Exa. vai fazer o convite ao Presidente da SANEPAR e nós não temos todas as informações para questioná-lo. Daqui a 3 ou 4 meses vão chegar informações, mas não vamos questionar o Presidente da SANEPAR.

Quero pedir ao Líder do Governo que colabore conosco na busca, estritamente, da verdade sobre essa questão. A dúvida que fica quando nos negam informações, Deputado Romanelli, é pior do que essa questão da falsificação. Por que razão? Porque há um velho ditado que diz o seguinte: “onde passa um boi, passa uma boiada”. Onde passou uma apólice falsificada, se não nos prestarem as informações, podemos deduzir que estão com dificuldades de prestar as informações porque há mais apólices. Eu torço para que isso não tenha ocorrido; quero que isso não tenha ocorrido. Por esta razão, só há uma forma de chegarmos a uma conclusão para depois darmos o encaminhamento correto que a SANEPAR deveria ter feito; encaminharmos ao Ministério Público para sabermos quem é o responsável pela questão dessa apólice.

Ora, podemos buscar todas as informações e depois de fechada essa questão, poderíamos trabalhar solidariamente, Líder da Oposição e Líder do Governo. Tenho certeza, por exemplo, estou vendo aqui o Deputado Pugliesi, o Deputado Romanelli, o Deputado Nelson Justus, duvido que V. Exas. tenham qualquer dificuldade de prestar informações de quando os senhores exerceram a função de Secretário. Se V. Exas. não têm essa preocupação, se trabalharam com seriedade na Secretaria - o Deputado Pugliesi, quando Secretário de Transportes, trabalhou com seriedade na Secretaria; Deputado Nelson Justus da mesma forma - V. Exas. não se eximem de prestar informações a esses Parlamentares. Por que este manto de proteção à outras pessoas?

Então, tenho certeza absoluta, Deputado Romanelli, podemos sentar e estabelecer como vamos buscar essa questão, é para o bem do próprio governo. Estamos com uma lei aqui na Casa, Deputado Nishimori, que é uma questão constitucional de 1998, criando aqui a Controladoria Interna do Governo. Se o próprio Governador dá sinais de que ele quer buscar a transparência do seu governo, por que nós Deputados não damos essa demonstração?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rossoni, me permite?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Com a aquiescência do Sr. Presidente?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Queria dizer que o Deputado Rossoni tem razão. Prestei informações aqui e não quero repetir, Deputado Rossoni, como V. Exa. tem dito, erros foram cometidos no seu exercício da Liderança do Governo, que eu também exerci aqui quando fui Deputado de Oposição. Não havia, na época, nesta Casa, a figura do Líder da Oposição, mas como tal agi se fosse. E reconheço que muitas vezes em algumas questões talvez devesse ter aprofundado e dado à possibilidade de contraditório, para poder de fato ouvir as pessoas.

Esta Casa aprovou o convite formulado ao Presidente da SANEPAR para vir aqui prestar diversos esclarecimentos. Acho que é oportuno. Foi aprovado, queria que fosse feito por acordo entre lideranças, não foi possível, mas está aprovado, o convite foi formulado e aceito pelo Presidente da SANEPAR. Só falta marcarmos a data com o nosso Presidente da Casa.

E quero dizer a V. Exa. que em relação a essa questão da apólice, prestei esclarecimentos aqui, se V. Exa. buscar nas notas taquigráficas, quero dizer que essa análise que V. Exa. faz, eu disse aqui. E disse mais, se me permitir, questionei também a SANEPAR. Por que não houve efetivamente a queixa-crime contra aquele que adulterou, que vendeu uma apólice falsa, supostamente?

O que ocorre? Eles alegam e daí a carta da Seguradora Sulina diz: Olha, inquérito policial foi instaurado na 76ª Delegacia Policial de São Paulo contra a tal Brick Corretora de Seguros, que é quem recebeu a apólice e recebeu em parcelas o pagamento da PAVIBRAS. Que a PAVIBRAS teve descontado da sua fatura o pagamento do prêmio.

Desculpe, Sr. Presidente, só concluo o tema porque queria dizer, Deputado Rossoni, poderá V. Exa. formular um requerimento sobre o tema, especificamente dessa apólice de seguro. Acionei a Corregedoria do Estado em relação às outras apólices de seguros. Recebi a informação sobre a apólice: são mais de 200, que foram canceladas em um período passado do governo e que foram substituídas, porque havia uma indústria de apólice falsa.

O estado fez um trabalho e vou prestar essas informações a Casa. V. Exa. pode formular o pedido, que terá o nosso acompanhamento, para poder esclarecer todos os procedimentos tomados em relação específica às apólices. Eu também, de fato, quero ver esclarecido esse tema, embora eu pense que as medidas de cunho administrativo foram tomadas. Parece-me que faltou a competente queixa-crime, que eles entenderam, feita pela seguradora. Penso que essa questão pode ser aprofundada.

Não quero repetir os erros cometidos. Feliz é a pessoa que aprende com os erros dos outros, não precisando cometê-los, pessoalmente, para poder aprender.

Obrigado, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só uma pessoa inteligente como o Deputado Romanelli é que poderia ter esse posicionamento. Mas Deputado Romanelli, há discordâncias muito grandes na situação. Veja o seguinte, a lesada não foi a empresa, a lesada foi a SANEPAR, que tem sede e foro em Curitiba, estado do Paraná. Por esta razão é que eu não entendo por que a SANEPAR não tomou as providências.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero registrar a presença do Vereador César Stanziola, coordenador do município de Campo Mourão.

Quero dizer ao nobre Deputado Valdir Rossoni que também vamos discutir a questão da SANEPAR. Ele virá aqui e com certeza poderemos esclarecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, tive a informação da planilha de pagamentos. Estávamos cometendo uma injustiça, porque falávamos que a obra foi contratada por 69 milhões e nós dizíamos que tinha sido aditivada até 130 ou 136. Não é aditivo, mas nem por isso não deixa de deixar dúvida. Os pagamentos feitos pela PAVIBRAS foram a “bacia da bondade”. É reequilíbrio, juro, aditivo. São três situações, que cada uma pagou 16, 18 e por isso chegou a 112 milhões até o presente momento.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não tenho mais tempo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Reequilíbrio não é a mesma do Beto Richa, daquela rodovia? Não é a mesma coisa daquele caso do Beto Richa?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Jocelito, quando que o Deputado Beto Richa teve reequilíbrio? V. Exa. poderia pedir ao Deputado Nelson Justus, que foi Secretário dos Transportes, para lhe prestar as informações. Não tenho nenhum problema de prestar informações.

Compreendo a preocupação do Deputado Jocelito. Acho que ele tem que buscar as informações desse caso e investigar. Levantar essa questão, no momento em que estou encaminhando uma outra questão, é completamente fora do conteúdo do que estou falando para o aparte. Quero dizer a V. Exa., com todo o respeito que tenho por sua combatividade, que podemos discutir essa questão amanhã. O Prefeito Beto Richa não tem nada a ver com isso.

Por esta razão, Sr. Presidente, estou em busca da verdade sobre essa questão da PAVIBRAS, do seguro, porque ao ler o esclarecimento nos jornais de final de semana, fiquei com uma preocupação, porque também não quero prejudicar a empresa, mas deixo aqui bem clara uma dúvida: os aditivos, o equilíbrio, são coisas a serem muito explicadas.

Obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para esclarecer ao Deputado Rossoni, para não ficar nenhuma dúvida: eu não quis atrapalhar o discurso dele. É que durante aquele episódio que teve lá atrás, falou-se em equilíbrio financeiro e agora vejo a mesma

palavra: equilíbrio financeiro. Só quis ajudar e não quis atrapalhar. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, como não há questão de ordem, mas ele colocou a questão como está colocando aqui, quero dizer que estou no exercício do meu mandato. Se V. Exa. me convidar para investigar essa questão, sou um companheiro seu. Agora, V. Exa. colabore comigo nesta investigação, porque outro dia o senhor subiu naquela tribuna e disse que realmente essa questão da PAVIBRAS tinha que ser investigada, mas aí quando fomos votar o requerimento, V. Exa. votou contra.

Então, essa dubiedade - porque amanhã V. Exa. de repente pode subir à tribuna e fazer elogios ao Prefeito - tenho dificuldades de debater com V. Exa. porque esse posicionamento dúbio não é palatável para o meu gosto e pela minha forma de atuar neste parlamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Inscrevo-me em Explicações Pessoais, Sr. Presidente, porque quero responder ao Deputado Rossoni.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria registrar a presença do Vereador Rildo, Presidente da Câmara de Tupãssi, e do Prefeito de Tupãssi, Valdecir Acco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Fica devidamente registrado. Obrigado pelas presenças!

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 014/07, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2008. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Stephanes Júnior para representar esta Casa de Leis na 4ª Exposição Agropecuária de Londrina nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2007, na cidade de Londrina/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 850, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Leis nºs 062, 067, 068/03; 332/04; 787/05 e 580/06 de sua autoria. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, questão de ordem.

(**Assentimento**)

Só para registrar a presença de Márcia Ferreira, integrante da Executiva do PMDB de Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Apro-**

vado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 128/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Trinta e três Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram manifestar-se.

Está aprovado por unanimidade e há quórum para votação e prosseguimento da Sessão.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/07, de autoria do Deputado Rui Hara, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Projetos de Lei).

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre medidas de compensação para neutralizar emissões de dióxido de carbono - CO₂. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CMA e CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver projeto específico de proteção e reflorestamento das margens de rios e lagos do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de março 2007, Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 069/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar a doação dos imóveis situados na sede do município de São José dos Pinhais, sendo constituídos pelos lotes de terra, sob os números de 01 a 15, da quadra 27; e lotes números 01 a 18 da quadra 26, e lotes números 01 a 22, da quadra 28, todos da planta São Judas Tadeu, na colônia Guatupê, no município de São José dos Pinhais, pertencentes à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação da propriedade de imóveis do estado à uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de São José dos Pinhais.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Dessa forma, em sede de análise prévia, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 069/07.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 069/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao município de São José dos Pinhais, pois no imóvel será implantado escola municipal, posto de saúde, creche e área de lazer.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 069/07. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Instituto Ambiental do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 070/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar a doação do imóvel situado na sede do município de São José dos Pinhais, sendo constituído pelo lote de terra nº 275, da colônia Guatupê, com área de 3.2400 hectares, correspondente a 32.000 m² (trinta e dois mil metros quadrados), pertencentes ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação da propriedade de imóvel do estado à uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de São José dos Pinhais.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Dessa forma, em sede de análise prévia, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 070/07.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 070/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais (Instituto Ambiental do Paraná).

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao município de São José dos Pinhais, pois no imóvel será construído um ginásio de esportes com equipamentos para esportes, de recreação, de lazer e educação.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 070/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 127/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz.

Legitimidade

Primeiramente vejamos o que dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14677/05:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

De acordo com tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembléia Legislativa, das oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em sede de análise prévia esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. me inscrevesse, logo após o Deputado Jocelito, para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Devidamente inscrito.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal para a votação do Item 09, o qual concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Alexandre Curi)**

(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares).

Quarenta e quatro Srs. Deputados votaram. Quarenta e quatro SIM e nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está aprovado o projeto.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei nº 14677 de 06 de abril de 2005:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que a presente proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Constitucionalidade

Ante o exposto, não havendo óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da legalidade e constitucionalidade do presente projeto, e uma vez estando dentro da cota da agremiação partidária do autor, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Somente para pedir o apoio aos Srs. Deputados. O homenageado é um dos mais brilhantes homens da questão social de Ponta Grossa. Ele é uma das pessoas que mais contribuiu para a causa social, é autor de inúmeras entidades, é uma pessoa maravilhosa que fez um trabalho com as crianças, uma pessoa que merece todo o nosso respeito. É uma das pessoas mais importantes da questão social em Ponta Grossa.

Por isto eu pediria a todos os companheiros o voto SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta e quatro Srs. Deputados votaram: 44 SIM, nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Aprovado o projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para agradecer aos companheiros pela votação e dizer que seguindo até uma indicação do Presidente Nelson Justus e do Deputado Alexandre Curi, vamos fazer no mês seguinte, com a assessoria do cerimonial da Assembléia, uma Sessão Solene em Ponta Grossa, à noite, para entregar quatro títulos, fazendo parte daquela descentralização da Assembléia, levando a Assembléia até o interior.

Muito obrigado a todos os Deputados.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 822, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 853, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

Encaminha também requerimento solicitando votação nominal para votação desse requerimento. Vou colocar em votação o requerimento para votação nominal.

Em votação o requerimento do Deputado Belinati, que requer votação nominal para o requerimento de sua autoria.

Discussão, votação. **Aprovado.**

Votação do requerimento do Deputado Belinati.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Eu pedi o adiamento da discussão desse requerimento só para fazer alguns esclarecimentos. Da forma como foi colocado pelo Deputado, naquele dia, dava impressão que o Presidente não estava querendo dar aumento para os aposentados que ganham acima de um salário-mínimo. O problema é o seguinte: ao longo dos anos essa disparidade, o valor do salário-mínimo e o valor dos aposentados que ganham acima de um salário-mínimo é devido ao esforço do Presidente Lula de recompor o poder de compra do salário-mínimo através de um crescimento real, ano a ano, que o Presidente vem tentando fazer. Hoje, Srs. Deputados, nós temos no Brasil 16,5 milhões de aposentados que ganham um salário-mínimo e temos 8 milhões e 100 mil aposentados que ganham acima de um salário-mínimo.

Como V. Exas. sabem, em maio de 2003, o salário-mínimo era de R\$ 200 e após 4 anos, esse ano ele vai para R\$ 380, portanto é o maior valor real do salário-mínimo dos últimos 25 anos. É claro que o Presidente Lula gostaria de dar um aumento maior para quem ganha acima de um salário-mínimo, mas o orçamento da união não permite isso. Se compararmos com governos anteriores, onde quem ganhava acima de um salário-mínimo não tinha nem a recomposição das perdas, a cada ano, o Lula está fazendo um esforço muito grande de recompor pelo menos as perdas, para evitar que quem ganha acima de um salário-mínimo não perca tanto com a inflação. E também foi comentado, o Deputado comentou que o Lula iria ter um aumento de 82%. Na verdade, o Presidente não pediu nenhum aumento no seu salário que é de R\$ 8 mil, inferior inclusive ao nosso salário. Mas essa era uma tentativa dos Parlamentares de equipararem o salário do Presidente ao deles próprios com a recom-

posição das perdas que eles terão agora, que o salário do Deputado Federal vai para R\$ 16 mil. Então, era uma forma de tentar justificar talvez o salário deles, porque o Presidente inclusive entrevistou e defendeu, que também fizesse com o salário dele a reposição das perdas salariais e não equiparasse ao salário de Deputado Federal.

Outro dado também que é importante ressaltarmos aqui, é que acima do salário-mínimo estão também os altos salários que inclusive o senhor questionou hoje, aqui, através da leitura do ParanaPrevidência. Então, o que deveria haver é um escalonamento, porque é claro que deveria ter um aumento maior quem ganha, 2, 3, 4 salários-mínimos. Agora, para quem ganha 20, 30, 40 salários-mínimos, isso dá um rombo na Previdência e o Presidente não teria como aumentar o valor do salário-mínimo, inclusive. Mas estou só fazendo esse esclarecimento, porque eu voto favorável, Belinati, ao seu pedido. Acho justo e a nossa bancada também. Temos orientação de votar favorável, porque queremos que os aposentados que ganham acima do salário-mínimo também pudessem ter um aumento acima de 3,3%. O problema é que, aqui, estão os grandes salários também e que a lei não permite este escalonamento. Mas somos favoráveis ao seu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero primeiramente agradecer a fidalguia do nobre Deputado Professor Luizão, sua competência, é um Parlamentar dedicado, pediu para discutir o nosso requerimento, trouxe aqui os seus argumentos. Mas gostaria primeiro de dizer: daquela tribuna nós dissemos que havia uma movimentação no país para aumentar o salário do Lula em 82,8%. Não é nem discutir o mérito, porque acho que o Presidente tem que ganhar bem. Lembramos que o Presidente não paga onde mora, não paga água, não paga luz, não paga comida, não paga combustível, não paga telefone, não paga correio, não paga avião. Acho que o Presidente só bebe água mineral e não deve pagar também a água mineral que ele bebe lá, e os refrigerantes do Palácio. Tudo é pago com o dinheiro do povo. Mas mesmo assim é justo o Presidente ter um salário compatível com a alta função que ele exerce. Lembrando que quando deixar o cargo de Presidente, para o resto da vida, até morrer ele vai ter o mesmo salário como se estivesse na ativa, como se estivesse exercendo o cargo de Presidente. Vai ter direito a guarda-costas, segurança, tudo pago com o dinheiro do nosso povo.

O que nos deixa triste, primeiro quero lembrar ao Professor Luizão, que na previdência social não há o problema de disparar altos salários de aposentados, porque o teto máximo é 10 salários-mínimos, que a previdência social paga. O que gostaria de lembrar ao nobre Parlamentar é que, independente de quem fez a sacanagem com os aposentados - já de muito tempo

para cá já não estão dando ao aposentado o valor que ele tem que ter - o aposentado pagou, contribuiu, ele, a empresa, recolheram às vezes sobre 10 salários-mínimos ou mais e quando ele se aposenta, o teto máximo é 10 salários e aquilo vai encurtando, encurtando e de repente a pessoa se aposenta com 5 salários-mínimos e lá na frente está recebendo só 4. O cidadão se aposenta com 4 salários-mínimos e daqui a pouco está recebendo 2, 2,5 salários. Isso é um absurdo! É uma afronta e uma sacanagem que se faz contra o aposentado, porque se ele contribuiu sobre "x" salários, vamos admitir que o teto é 10 salários, muito bem, vamos ficar nos 10 salários. Não é justo a pessoa se aposentar com 3 salários-mínimos e com o passar do tempo, vão encurtando, vão enxugando e ele vai ganhando proporcionalmente cada vez menos em relação ao que ele contribuiu.

Daí o nosso requerimento encaminhado diretamente ao Presidente da República e estamos acreditando no bom senso do Presidente Lula. Acreditamos que ele queria fazer o melhor pelos aposentados, mas neste momento, o governo federal comete uma injustiça contra os aposentados brasileiros. Já estão ganhando tão mal e o reajuste para quem está aposentado com mais de um salário-mínimo, vai ser de apenas 3,3% de aumento. Aposentado não quer esmola, não quer caridade. Ele quer o que tem direito, o que ele tem direito por justiça, porque ele pagou e porque ele contribuiu.

Então, daí o nosso requerimento, apelando ao bom senso da maior autoridade, do Comandante e Chefe do governo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para que ele dê um tratamento igualitário. Está dando 8,57% de aumento para quem ganha um salário-mínimo. É pouco. E para quem ganha mais de um salário-mínimo? O cidadão pode ganhar R\$ 360 por mês ou pode ganhar mil ou 2 mil de aposentadoria, pela decisão do Ministério da Previdência no governo Lula, o reajuste para quem está acima de um salário-mínimo é de apenas 3,3%. Daí se nós não fizermos a nossa parte de defender os aposentados, nós estaremos pecando e cometendo uma injustiça contra milhares e milhares de brasileiros radicados no Paraná e que ao longo de sua vida deram o melhor, trabalhando, ajudando o Paraná, ajudando o Brasil, e não é justo dar um tratamento diferenciado para aposentado que ganha mais de um salário-mínimo, mas que muitas vezes também ainda não é o suficiente para que ele tenha uma vida um pouco mais confortável.

Sr. Presidente, agradeço aos Deputados e Deputadas que vão votar esse requerimento, porque a atitude desta Casa é respeitosa ao Presidente Lula, às autoridades que estão em Brasília, mas é um apelo, um alerta no sentido de que dêem esse tratamento cristão, fraternal, humano e de justiça aos aposentados, parando com essa história de dar aumento tão pequeno, tão insignificante, tão irrisório de apenas 3,3% a quem está aposentado com um pouco mais de salário-mínimo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados. Favoráveis ao requerimento, deverão votar SIM. Os contrários, obviamente, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e cinco Srs. Deputados votaram. Trinta e quatro com a expressão SIM e uma abstenção. **Está aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 827, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 828 e 829, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 834, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 835, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 839, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 840, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 841, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 845, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 846 a 848, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 849, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 844, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 852, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Queria comunicar ao Plenário que na próxima quarta-feira terá um Seminário Legislativo, aqui no plenário, neste espaço, a partir das 9h da manhã. Já foi

motivo de grande debate nesta Casa, portanto, faremos um seminário técnico para discutir a questão de regiões metropolitanas, regiões que não há conurbação urbana, que são entendidas regiões de desenvolvimento regional integrado.

Vai ser muito oportuno tirarmos dúvidas sobre a questão de desenvolvimento regional a partir de microrregiões, macrorregiões, regiões conurbadas, regiões não-conurbadas. O seminário é na quarta-feira que vem, a partir das 9h, onde estarão técnicos de renome nacional.

Tenham toda certeza que será um momento relevante para esta Casa tirar dúvidas acerca de desenvolvimento regional a partir de regiões metropolitanas ou não-metropolitanas.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só aproveitando a oportunidade, quero comunicar aos Deputados que amanhã, às 17h ou após a Sessão, terá a reunião da Comissão de Fiscalização. Então, os membros desta comissão já estão sendo comunicados nos gabinetes e fazemos este comunicado público também.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais o Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, só para não ficar um mal entendido entre o Deputado Rossoni e eu. Às vezes, a falta de tempo não permite expressarmos aquilo que desejamos.

Citei esse caso da questão do equilíbrio financeiro, quando o Deputado Rossoni citou o caso da PAVIBRAS envolvendo a SANEPAR. O Deputado Rossoni falou que um dos motivos dos aditivos ou não-aditivos ou pedidos que aconteceram foi em questão do equilíbrio financeiro ter sido quebrado. A empresa que estava trabalhando entendeu que estava perdendo as condições de trabalhar na obra e com isso pediu a questão do equilíbrio financeiro.

O que eu quis dizer ao Deputado Rossoni não foi nenhum ataque ao nosso amigo Beto Richa que, aliás, sou admirador, é meu amigo pessoal, mas eu estava querendo fazer uma comparação com aquele episódio lá atrás com a ADN, quando o Governador Requião citou que o dinheiro foi para a campanha do Beto, onde também houve um pedido oficial da ADN ao governo do estado, porque isso tem a ver com o

equilíbrio financeiro. Então, é algo parecido com o que a SANEPAR fez agora.

Lá atrás, quando alguém denunciou que houve uma quebra de contrato, que a ADN cobrou acima do que determina a lei, que o Paraná pagou nos últimos dias e assim por diante, houve uma questão de equilíbrio financeiro que a empresa reclamava que não estava conseguindo se manter. É o mesmo caso da PAVIBRAS. Por isso, fiz essa questão de ordem ao Deputado Rossoni.

A questão da PAVIBRAS é a mesma palavra que o Deputado Rossoni usou e, por isso, chamei a atenção dele naquele momento para dizer o seguinte: se lá atrás foi criticado o governo anterior por ter usado essa questão do equilíbrio financeiro, agora pode ser criticado também, porque o governo que fez agora a denúncia também equilibrou financeiramente a PAVIBRAS.

Deputado Rossoni, tenho visto muitas reclamações sobre a PAVIBRAS; tenho visto muitos comentários; tenho visto a Oposição dizer que tem grandes “rolos” na PAVIBRAS e grandes desvios. Vejo aqui os jornais, vejo todo dia aquele jornalista da Gazeta do Povo escrever coisas pesadas, vejo muitas coisas acontecerem e temos que nos preocupar com isso. Vejo, de outro lado, o governo defender, dizer que não tem nada a ver, que não deve nada, que foi normal o que aconteceu, mas daí eu vejo o Dr. Botto sair do governo, e agora o Diretor atual admite que tem erros.

Na legislatura anterior, protocolei uma CPI da SANEPAR que foi colocada em funcionamento, mas nunca funcionou. O Presidente passado constituiu a comissão que era para investigar os contratos lá de trás e a CPI nunca foi para frente, não sei por quê. Parou a CPI. Várias vezes, eu cobrei do Presidente, mas a CPI parou. Então, para não ter dúvidas, Sr. Presidente, o PTB, nosso partido, assinou aqui a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, assinada por mim, pelo Deputado Carlos Simões e pelo Deputado Fábio Camargo. Nós três assinamos para investigar o caso PAVIBRAS. Peço aos demais companheiros que queiram assinar esta CPI, que o PTB não fará parte porque o PTB não tem direito pelo número de Deputados que tem aqui. Mas, o PTB coloca aqui o instrumento para investigar.

Estamos colocando aqui o pedido para abrir uma CPI que não seja nem a favor nem contra, que investigue, que acabem essas denúncias que os jornalistas fazem todo dia: que tem desvio de dinheiro, que tem um monte de coisas erradas.

O PTB, através da nossa bancada está colocando aqui uma CPI. O motivo de sermos Deputados é quando tiver indícios, abrir uma CPI, não para ser laranja, para terminar em pizza. Como está havendo muita discussão, Oposição de um lado, Situação de outro, às vezes ficamos perdidos, numa situação difícil.

Para terminar, não estou acusando ninguém. Uma CPI não tem o direito de acusar ninguém, uma CPI é uma comissão para investigar se está tudo certo

ou se tem erro. O PTB não está acusando ninguém, está propondo uma CPI que investigue, que traga ao povo do Paraná a verdade sobre esse caso envolvendo a PAVIBRAS. Chega de ouvir a imprensa nos cobrando, os comentaristas dizendo que a Assembléia é omissa. Não sou omissa, estou aqui para representar os 65 mil votos que fiz.

Como se forma uma CPI? Quando há indícios, e aqui existem claros indícios. Vamos investigar, ninguém está acusando ninguém. Vamos investigar quanto era o contrato, por que aumentou, se foram feitas as obras. Quem não deve não teme. Investigue-se a PAVIBRAS.

O Dr. Estevão virá aqui na semana que vem e por falta de tempo não vai dar para discutir, vai ser difícil, então é melhor buscar documentos. Se ele vem aqui e fala, não temos como contrapor. Quem tem os documentos é ele. Por mais que venha cheio de boa vontade aqui, não temos condições de saber se é verdade ou não, porque não temos os documentos.

Uma CPI tem condições de levantar documentos, tem o poder de investigar e o poder de esclarecer. Foi o próprio Governador Requião quem denunciou esse caso, num dia de reunião do grupo Mãos Limpas.

A partir de agora temos que ter responsabilidade, está nas minhas mãos. Os Deputados que queiram assinar, o PTB abre o caminho para investigar. A CPI é o caminho. Uma CPI que investigue, que tenha prazo. Vamos investigar! Lá na frente vamos saber quem estava certo, que os culpados sejam responsabilizados!

Por isso Deputado Rossoni, com todo o respeito que tenho por V. Exa., estão aqui três assinaturas, faltam 15. Se alguém assinar - está na minha mão - e no momento em que tivermos as 18 assinaturas, protocolo e fica à disposição da Mesa, para oficialmente lançar essa CPI e buscarmos a verdade sobre o caso PAVIBRAS. Chega de só ouvirmos! Vamos investigar! O Parlamentar faz leis, que são difíceis de serem feitas hoje. Mas o Parlamentar tem que ter, acima de tudo, a sua segunda função: investigar! Como há uma dúvida e dúvidas de todos nós, acho que o melhor caminho é uma CPI. Não para fazer estardalhaço, esculhambação. Uma CPI que tenha tempo e prazo para levantar o que aconteceu e mostrar ao povo do Paraná. Acho que é essa a nossa função. Se os companheiros quiserem assinar a CPI da PAVIBRAS - o PTB apresenta neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Jocelito, pedi para me inscrever, porque quando lhe dei o aparte, já tinha terminado o meu tempo do Horário das Lideranças. Talvez eu tenha me precipitado e como V. Exa. falou de um outro

caso, não teremos o tempo necessário e suficiente para discutí-lo. Acredito que esclarecida essa questão, não há necessidade de fazer o meu posicionamento.

Quanto à questão da CPI, temos um acordo entre os Deputados de Oposição, que todas as assinaturas, para nós subscrevermos algo nesta Casa, será oriundo de uma reunião dos Deputados de Oposição. Faremos uma reunião nos próximos dias.

Por essa razão é que pedi ao Deputado Romanelli que colaborasse conosco, para buscarmos informações, fundamentarmos as dúvidas que temos, para que não saíamos daqui apenas propondo CPI, porque tenho muita preocupação com CPI, Deputado Jocelito Canto, de assinarmos qualquer tomada de medida. Tenho uma preocupação muito grande com CPI, veja, eu defender que não tenha CPI. Temos, se houver colaboração do Líder do Governo, como ele sempre propôs, que buscar tudo o que precisamos. Se chegarmos ao final de todas as investigações e concluirmos que tem que ter CPI, V. Exa. não tenha nenhuma dúvida que terá o apoio dos Deputados de Oposição. Estou falando por mim, mas sinto nos Deputados.

Por essa razão, fiz um pedido ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, com essas novas informações que estamos recebendo, gostaríamos que V. Exa. colaborasse com as informações, para chegarmos a uma conclusão, porque senão vamos ficar aqui propondo questão de CPI e, depois, teremos dificuldade - V. Exa. sabe que somos minoria e minoria nunca ganha uma "parada", aqui, e podemos cair no ridículo. Isto aconteceu comigo, Deputado Jocelito. Embalei-me em uma CPI, a do porto de Paranaguá, me elegeram Presidente e começamos a investigação, que no seu início foi fantástica e quando chegou no meio levei um "golpe baixo" e passei ridiculamente como Presidente das investigações do porto de Paranaguá.

Mas assim mesmo - está aqui o Deputado Alexandre Curi - fizemos um relatório, que infelizmente não foi colocado em votação neste Plenário, mas se formos ler o relatório que foi apresentado por aquela comissão, talvez seja um dos relatórios mais completos. A única coisa que fizemos na CPI foi não dar conotação política, por isso que não teve manchetes no nosso relatório. Mas se formos buscar o relatório da CPI, que infelizmente não veio para Plenário, é um dos relatórios mais completos de todas as CPIs que aconteceram nos últimos 4 anos.

Agradeço as explicações pessoais e a compreensão de V. Exa.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, posso me inscrever mais um minuto, para Explicações Pessoais?

(Assentimento)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. é uma pessoa generosa.

As palavras do Deputado Valdir Rossoni, no aparte que fiz, eu já havia dito que a intenção dessa Liderança do Governo é de promover, de forma objetiva, todos os esclarecimentos necessários que sejam suscitados pela Oposição. Eu fiz essa ponderação muito antes das palavras do Deputado Jocelito e mantenho a mesma disposição. Penso que esta Casa aqui recentemente discutiu muito sobre esse tema de CPI. Eu, *a priori*, não sou contra nenhuma CPI, mas acho que quando for para instalar uma CPI aqui, é por um fato que seja absolutamente relevante.

Como é que você faz uma CPI? É quando as informações que a Casa recebe, que os Parlamentares recebem não são suficientes para esclarecer determinado tema. Então, penso que os pedidos que possam esclarecer o tema específico da famosa apólice falsa que foi apresentada por aquela corretora de seguros, devem ser, sim, esclarecidos verticalmente, em profundidade, para que tenhamos de uma vez por todas sanadas as dúvidas. Existem mais dúvidas sobre apólice de seguro? Vamos tratar do tema, não há nenhuma dificuldade! E penso que a vinda do Presidente da SANEPAR, que certamente virá acompanhado dos técnicos para poder discutir o tema que envolve o caso PAVIBRAS, não tenho dúvida que vai poder solucionar.

Assisti a apresentação feita por uma técnica da SANEPAR que fez as explicações e parece-me que todos conhecem o setor público e vão verificar que as explicações foram feitas do ponto de vista legal e, ao mesmo tempo, parece razoável, embora é claro, sempre sujeito à formação de juízo de valor de cada um dos Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 076, 086, 118/07 e do Projeto de Resolução n° 007/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 069, 070, 127 e 129/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 351/07**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANDREA MARQUES RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 352/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RICARDO LIEVORE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 353/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover VANESSA APARECIDA WALTERMAN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 354/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELISANGELA RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 355/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELANE MALCAR DE BORBA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FERNANDO PINNA SOBRINHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 357/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ORLANDO JOSE MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 358/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCELO APARECIDO DE BARROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 359/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover IVO LEONIDES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 360/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCIO LUIZ HOLLEBEN SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 361/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSIANE MARIA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Péricles de Mello, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 362/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover HELCIO BEATRICI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 363/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCILENE CRISTINA POLETTINI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 364/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIZ SANTAMARIA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 365/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCIA BRAUN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 366/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover PAULO ROBERTO DOS SANTOS ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 367/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANDREA TOTYONE TOMITA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 368/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCELO BAGGIO MOLINI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 369/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover TAINA CRISTINA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 370/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARISTELA GOMES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 371/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RAFAEL EMPINOTTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 372/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MATHIAS BITTENCOURT, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 373/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FABIO LEANDRO LANGE, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 374/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIO CESAR SOBOTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 375/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover AYRTON NIEMIETZ FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 376/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUIS CARLOS GOBBATO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 377/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LEANDRO ESPINOLA ARAUJO ABECASSIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 378/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover BETINA ANDRADE SANTAMARIA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 379/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover IVO ANTONIO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 380/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover DEVENIR VIEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 381/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA CECILIA TAVARES ZANON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 382/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JACI CEZAR DE AGUIAR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado STEPHANES JÚNIOR, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 383/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CARLOS EDUARDO CHAGAS PRECOMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 384/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 385/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOÃO SIDNEY SMANIA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 386/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover PAULO ADEMIR BRAUN, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 387/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MIGUEL GERSON AIRES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Reni Pereira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 388/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CATIANE ANDRIOLI NHOATTO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 389/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JEFERSON RAFAEL DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 390/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELIDE CAMACHO DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 391/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELIEUTON FRANCIS MAYER, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 392/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CLEOMAR DE FATIMA HERRERA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 393/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover RODRIGO PERICO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 394/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARCOS ANTONIO RIBAS PINTO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 395/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JHONATHAN WILLIAN SKRIPPA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 396/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JULIANA CRISTINA ALVES, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 397/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ROSI DAS GRAÇAS DE ANDRADE, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 398/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover SUELI LARA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 399/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover KELLY TIEKO TOYOFUKU, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 400/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CELIA HINO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 401/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MEIRY MIYUKI YAMADA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 402/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover IVO ANTONIO VIAL, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 403/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover HUGO CESAR ARAUJO ANTONECHEN, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 404/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUCIANE TEPASSE BULYK, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 405/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA DE FATIMA GODOY RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 406/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ARNALDO MELLO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 667/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DIEGO AUGUSTO DE BRITO MALUCELLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 668/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SILVIA TEREZINHA PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 669/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUZIA DOS SANTOS CELESTINO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 670/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover WANDERLEI NUNES DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 671/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANNELEISE CARLA LEON BORDES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 672/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GEANINE DO ROCIO RAMOS PADILHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 673/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELIANE NASS FAVRETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 674/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ALEXANDRE LEON BARBOSA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 675/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLEIDE DA ROCHA CALDERON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 676/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover REINER CALDERON, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 677/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1367, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEA MARCIA MONTEIRO DE CARVALHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 696/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1086, datado de 14 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDUARDO GERONIMO ALVES DE MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 701/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FERNANDO AUGUSTO PATRICIO CARREIRA ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 704/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1092, datado de 14 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GUILHERME FUMAGALLI GUERRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 710/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELISABET BITTENCOURT PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 711/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CARLOS EDUARDO DE MUNHOZ FURTADO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 713/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JOSE RAMOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 714/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01465, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SUELI SALETE DE CASTRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 715/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01465, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELIANE GOMES ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 716/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01465, deste Poder,

R E S O L V E :

prover OSVALDO RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 717/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01465, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IARA CRISTINA DE QUEIROZ, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 719/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover GASTÃO GOMES SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 720/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ROGERIO DALLEGRAVE GOMES DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 721/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover NATHALIA CORDEIRO TUPAN CARVALHO PINTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 722/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CEZAR SANTUCCI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 725/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA RICARDINA RUPPEL SOTTO MAIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Presidência, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 727/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ELIO MARQUES DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elton Wel-

ter, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 728/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover EZIO ALVES FAGANELLO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 729/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover DIVA JOSLIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 730/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover CARLA VERIDIANA SILVA NOLL, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 731/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ALCIDIO CARRANZA ILECIAIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 732/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ADELSON GOMES CAETANO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 733/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover WALTER YUKIO NAKAMURA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 734/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MIGUEL GUSTAVO LOPES KFOURI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 735/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FERNANDO JULCA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 01.02.07

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 736/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover JORGE ROBERTO PEREIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 737/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover PEDRO HUMBERTO ZANUSSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 738/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LEIA CRISTINA TONELLI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Teruo Kato, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Publicações Administrativas:

Protocolo: 6500/05

Data: 25/08/05

Requerente: MARIA FRANCO DA LUZ

Assunto: Abono de Permanência

DESPACHO

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 11.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Protocolo: 2268/07

Data: 20/03/07

Requerente: MARIA HELENA CARVALHO SAPALA

Assunto: Solicitação de reenquadramento

DESPACHO

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 11.04.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

CONVITE 024/07

Modalidade: Convite 024/07 - Protocolo 1509/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Editora Correio Paranaense Ltda.

Objeto: Publicação de editais eletrônicos, avisos de licitação, minutas contratuais e outros.

Valor: R\$ 9,99 por centímetro de coluna.

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Errata:

Estamos republicando o Projeto de Lei nº 231/07, originalmente publicado no DA nº 025/07, de 10/04/07, por ter sido impresso com falhas.

PROJETO DE LEI Nº 231/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada totalmente a Lei nº 15456 de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos à esta justificativa, xerocópia da Lei nº 15456 de 15 de janeiro de 2007, que pretendemos seja revogada.

Com esta revogação, voltará novamente a ter validade totalmente a Lei nº 12493 de 22 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 5430 de 05 de fevereiro de 1999, da qual anexamos xerocópia.

O próprio artigo 10 da referida lei dispõe o seguinte: *Os resíduos sólidos industriais deverão ter acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final adequada, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitando as demais normas legais vigentes.*

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de simplesmente revogar a Lei nº 15456, de 15 de janeiro de 2007, que está dificultando o trabalho dos municípios. Existe muitos municípios que do centro da cidade, percorrendo dez quilômetros, atravessa outro município. Visto que a Lei nº 12493 de 22 de janeiro de 1999, foi muito bem elaborada e preenche todos os requisitos exigidos e demais disposições aplicáveis em leis, merece, portanto, o apoio dos nobres Pares desta Casa com sua aprovação.